



MARIANA MONTEIRO DE MACEDO GODINHO GOMES

Relatório de Estágio Curricular no Ministério dos Negócios Estrangeiros



A PROBLEMÁTICA DAS RESERVAS E RESPETIVAS OBJEÇÕES A TRATADOS MULTILATERAIS

Relatório de estágio com vista à obtenção do grau
de Mestre em Direito Internacional e Europeu

Orientador:

Doutor Francisco Pereira Coutinho, Professor da Faculdade de Direito da Universidade
Nova de Lisboa

Lisboa, Junho de 2018



MARIANA MONTEIRO DE MACEDO GODINHO GOMES

Relatório de Estágio Curricular no Ministério dos Negócios Estrangeiros



A PROBLEMÁTICA DAS RESERVAS E RESPETIVAS OBJEÇÕES A TRATADOS MULTILATERAIS

Relatório de estágio com vista à obtenção do grau
de Mestre em Direito Internacional e Europeu

Orientador:

Doutor Francisco Pereira Coutinho, Professor da Faculdade de Direito da Universidade
Nova de Lisboa

Lisboa, Junho de 2018

Declaração de Compromisso Anti-Plágio

Declaro por minha honra que o texto apresentado é da minha exclusiva autoria e que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada (tal como consta do art. 20.º-A do Regulamento do 2.º Ciclo e art. 8.º do Regulamento do 3.º Ciclo). Estou consciente de que a utilização de fontes alheias não identificadas constitui uma grave falta de ética e disciplinar.

Lisboa, 15 de Junho de 2018

Agradecimentos

A elaboração do presente relatório de estágio não seria possível sem o apoio das pessoas que se seguem, às quais agradeço com muita estima e consideração.

Ao meu orientador, o Prof. Francisco Pereira Coutinho, por toda a disponibilidade, atenção e conhecimento com que me apoiou ao longo destes meses, sem as quais não seria possível realizar este trabalho.

A todo o Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela amabilidade com que me receberam e conhecimento que partilharam ao longo de seis meses. Em especial, agradeço à Dra. Inês Matos, pelo apoio e partilha de conhecimento no âmbito da temática deste relatório, e ao Dr. Mateus Kowalski, pela orientação e imensa disponibilidade que foram cruciais para a realização deste relatório.

Aos meus pais, pelo constante incentivo para que nunca desistisse de concretizar as minhas metas pessoais e académicas, assim como por toda a atenção e paciência que me concederam em todos os momentos.

À minha irmã, por toda a paciência, por acreditar em mim e por me alegrar mesmo nos momentos que me sinto mais desmotivada.

Ao meu namorado, pela sua calma, carinho constante e presença em todos os momentos cruciais ao longo do Mestrado.

À minha tia Mena, pelo apoio incansável, sabedoria e incentivo ao longo de todo o meu percurso académico.

A cada um dos meus amigos, pela paciência, companhia e compreensão. Em especial à Joaquina, por estar sempre presente quando preciso e por me incentivar durante todas as fases deste processo.

Por fim, um especial agradecimento à minha avó Rosi, pela imensa ternura, apoio incansável, por me incentivar e guiar em cada uma das etapas da minha vida. Sem a sua amizade e carinho não seria possível concluir este trabalho.

Modo de citar

1. O modo de citar segue o disposto na Normas Portuguesas n.º 405.
2. As monografias são citadas com referência ao autor, título, local de publicação, editora, ano e página. Os artigos ou partes de livro são citados com referência ao autor, título do artigo ou parte de livro, revista ou livro, volume e/ou número, ano, páginas do artigo ou parte de livro e página, quando possível. A partir da segunda citação destes, é apenas feita referência a autor, título e página.
3. Quanto a obras ou artigos que foram consultados e obtidos através da Internet, a forma de citação será a seguinte: autor, título do artigo, data da publicação, hiperligação da Internet na qual foi obtido e data da consulta.
4. As palavras escritas em língua estrangeira e latinismos são destacadas em modo itálico.
5. As maioria obras estrangeiras foram consultadas na sua língua original. Por vezes, se há uma tradução, esta é da responsabilidade da autora do presente relatório.
6. A presente dissertação foi redigida conforme as regras do novo Acordo Ortográfico.

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

Al. – Alínea

Als. – Alíneas

Art. – Artigo

Arts. – Artigos

CADHI – *Committee of Legal Advisers on Public International Law*

CDI - Comissão de Direito Internacional

CEDM - Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher

COJUR – *Working Party on Public International Law*

Cf. – Conforme

Cit. – Citado

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CVDT – Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969

DAJ – Departamento de Assuntos Jurídicos

DIP – Direção de Serviços Direito Internacional Público

DIN – Direção de Serviços de Direito Interno

DAJ-DIP – Departamento de Assuntos Jurídicos – Direção de Serviços de Direito Internacional Público

i.e. – Isto é

In fine – No fim

Inter se – Entre eles

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

N.º - Número

NATO – Organização do Tratado Atlântico Norte (*North Atlantic Treaty Organization*)

ONU – Organização das Nações Unidas

Op. Cit. – *Obra Citada*

p. - Página

pp. - Páginas

par. – Parágrafo/ parágrafos

Per si – *Por si*

Stricto Sensu – Em sentido restrito

TEDH – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

TIJ – Tribunal Internacional de Justiça

TPI – Tribunal Penal Internacional

EU – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*)

Declaração de Conformidade do Número de Carateres

Declaro que o corpo da tese, ocupa um total de 177412 caracteres, incluindo espaços e notas de rodapé. O Resumo ocupa 1584 caracteres e o *Abstract* ocupa 1635 caracteres, incluindo os espaços.

Lisboa, 15 de Junho de 2018

RESUMO

Nos dias de hoje é cada vez mais crescente a negociação de Convenções internacionais entre vários Estados. Esses Estados, que apresentam características muito diferentes entre si, não só a nível jurídico como também histórico e cultural, têm o direito de afastar ou modificar os efeitos de certa cláusula que possa vir a colidir com os seus ideais ou interesses. Com este fundamento nasceu a prática e o regime das reservas no Direito Internacional Público – é permitido a um Estado, no momento da sua vinculação, afastar ou modificar o efeito dessa disposição. No entanto, a formulação de reservas pode apresentar perigos, na medida em que essas desrespeitem princípios basilares de direito internacional público, regras do direito dos tratados, ou até o fim do próprio tratado em questão. De forma a prevenir que tal aconteça, o regime das reservas apresenta uma grande complexidade na medida em que estabelece limites que protegem não só a integridade do tratado em causa, como do próprio direito internacional. Ademais, o mesmo regime garante aos restantes Estados Parte na Convenção o direito de formularem objeções, através das quais demonstram o seu dissenso perante a reserva formulada e decidem quais as suas consequências na sua relação com o Estado que formulou a reserva. Desta forma, o presente relatório de estágio visa clarificar o regime das reservas e objeções, de modo a resolver potenciais problemas que possam surgir, assim como os que já existem e que tive a ocasião de analisar ao longo do meu estágio de seis meses no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Palavras-chave: direito dos tratados, reservas, objeções, declarações interpretativas, tratados multilaterais, convenções internacionais, Direito Internacional Público.

ABSTRACT

Nowadays, the negotiation of international Conventions between different States is clearly on the increase. States, which have very different characteristics among them, not only at the legal level but also at the historic and cultural level, among others, have the right to reject or modify certain effects of a clause which can potentially collide with their own ideals or interests. It is based on this principle that the practice and regime of the Reservations in International Public Law came into being, in which a State is allowed, at the point of the institution of the Clause, to reject or modify the impact of that Clause. However, the formulation of reservations can be dangerous, in the sense that they can potentially violate basic principles of public international law, rules of treaty law, or even the object and aim of the treaty itself. In order to prevent this from happening, the reservations' regime is very complex in that it establishes limits which protect not only the integrity of the treaty itself, but also of international law. Moreover, the same regime grants the remaining Parties to the Convention the right to formulate objections, by which they express their opposition to the formulated reservation and decide in which way those reservations will impact their relationship with the State which formulated it. Thus, the present report aims at clarifying the reservations' regime in order to solve potential problems which may arise, as well as those already existing problems which I had the opportunity to analyze during my six month internship at the Portuguese Ministry of Foreign Affairs.

Key-words: treaty law, reservations, objections, interpretative declarations, multilateral treaties, international conventions, Public International Law.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – ESTÁGIO NO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	5
1.1. BREVE HISTÓRIA DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS.....	5
1.2. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE ACOLHEDORA.....	6
1.3. A DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....	7
1.4. EXPETATIVAS EM RELAÇÃO AO ESTÁGIO	8
1.5. RELATÓRIO DE ESTÁGIO V. DISSERTAÇÃO.....	9
1.6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O ESTÁGIO	10
1.6.1. Elaboração de Estudos para a Participação de Portugal na 6.ª Comissão da ONU	10
1.6.2. Elaboração de Estudos para a Participação de Portugal na 16ª Sessão dos Estados Parte do Tribunal Penal Internacional	11
1.6.3. Preparação da Participação de Portugal nas Reuniões do COJUR e do CADHI	11
1.6.4. Cooperação Judiciária Internacional	12
1.6.5. Formulação de Objecções a Reservas a Convenções Internacionais	13
1.6.6. Outras Atividades Desenvolvidas	13
1.7. BALANÇO FINAL SOBRE O ESTÁGIO CURRICULAR	14
CAPÍTULO II. FONTES JURÍDICAS DO DIREITO DOS TRATADOS QUANTO ÀS RESERVAS E OBJEÇÕES.....	16
2.1. O <i>IUS COGENS</i> (DIREITO COGENTE, IMPERATIVO OU VINCULATIVO).....	16
2.2. O TRATADO ENQUANTO FONTE DO REGIME DAS RESERVAS.....	16
2.3. A CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS DE 1969	17
2.4. JURISPRUDÊNCIA.....	18
2.5. TRABALHOS E RELATÓRIOS DA COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL.....	19
CAPÍTULO III - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.....	21
CAPÍTULO IV- RESERVAS	26
4.1. OS ELEMENTOS CARACTERIZADORES DE UMA RESERVA	26
4.2. MODALIDADES	28
4.3. FIGURAS AFINS	30
4.3.1. Declarações Interpretativas.....	31
4.3.2. Declarações Políticas ou Declarações motivadas por outras questões legais.....	35
4.3.3. Outras Figuras Afins	39

4.4.	LIMITES À FORMULAÇÃO DE RESERVAS.....	40
4.4.1.	Limites Materiais	41
4.4.2.	Limites Formais.....	52
4.4.3.	Limites Temporais.....	53
4.5.	CONSEQUÊNCIAS LEGAIS DE RESERVAS INVÁLIDAS.....	55
4.6.	REAÇÕES ÀS RESERVAS	57
4.7.	EFEITOS DAS RESERVAS.....	60
	CAPÍTULO V- OBJEÇÕES	61
5.1.	DEFINIÇÃO.....	61
5.2.	LIMITES MATERIAIS, FORMAIS E TEMPORAIS.....	62
5.3.	OBJEÇÕES A RESERVAS CONTRÁRIAS AO FIM/OBJETO DA CONVENÇÃO.....	63
5.4.	PODEM AS DECLARAÇÕES INTERPRETATIVAS SER OBJETADAS?.....	65
5.5.	OBJEÇÕES A RESERVAS QUE INCIDEM SOBRE O DIREITO INTERNO DE UM ESTADO	67
5.6.	EFEITOS DAS OBJEÇÕES.....	67
	CONCLUSÃO.....	73
	BIBLIOGRAFIA.....	76

INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio visa expor e desenvolver parte da aprendizagem que obtive durante o meu estágio curricular no Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Direção de Serviços de Direito Internacional Público do Departamento de Assuntos Jurídicos, desde 1 de setembro de 2017 a 28 de fevereiro de 2018. A temática do mesmo versa sobre uma das mais importantes tarefas que desempenhei ao longo dos seis meses de estágio: a análise das reservas que os Estados formulam no momento da sua vinculação aos tratados multilaterais e a averiguação da necessidade de objetar ou não às mesmas.

Uma reserva corresponde a uma declaração unilateral de um Estado, efetuada no momento de vinculação a um tratado, no qual este pretende afastar ou modificar certo efeito jurídico do mesmo¹. Por outro lado, uma objeção corresponde a uma reação de certo Estado à reserva formulada, na qual este pretende excluir ou modificar os efeitos da reserva ou até excluir a aplicação do tratado nas suas relações com o Estado que a formulou².

Assim, o presente tema está inserido no âmbito do direito dos tratados. Mais precisamente, no que toca à negociação de tratados multilaterais, por vezes, torna-se difícil atingir um consenso, pelo que o acordo pode ficar comprometido. Esta dificuldade deve-se a vários fatores, nomeadamente a diferenças políticas, sociais, económicas, culturais e religiosas entre os Estados. Por estes motivos, no processo de negociação do tratado, é importante para alguns Estados a salvaguarda de aspetos da sua ordem jurídica que possam vir a colidir com certas cláusulas do tratado ao qual se pretendem vincular.

É neste âmbito que a figura das reservas aos tratados revela a sua importância, pois permite que os Estados adiram aos tratados sem se comprometerem com a sua totalidade ou que modifiquem certas cláusulas que considerem necessárias. Desta forma, as reservas visam contornar o desencontro de vontades entre os Estados, o que confere aos tratados uma certa flexibilidade perante as divergências destes enquanto seus protagonistas. Porém, a possibilidade de formular reservas aos tratados não é ilimitada – os Estados Parte da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 devem obedecer às regras por esta estipuladas, assim como às regras presentes no corpo do próprio tratado em causa que, *per se*, pode proibir a formulação de todas ou algumas reservas. Ademais, mesmo aos

¹ Cf. art. 2.º, n.º 1, al. d) CVDI.

² BAPTISTA, E. Correia – *Direito Internacional Público, Livro I*, cap. 7.2.2., Lisboa: Lex, 2015, p. 215 s.s.

Estados não vinculados à CVDT, as regras sobre as reservas são aplicáveis por meio de costume internacional, uma vez que são práticas já enraizadas de Direito Internacional Público.

Por outro lado, algumas reservas formuladas pelos Estados – mesmo as que, à partida, são permitidas – podem suscitar discórdia por parte de outros Estados que já são parte do tratado, quer seja porque incidem sobre algumas questões controvertidas do panorama internacional ou simplesmente porque alguns Estados – no âmbito da sua discricionariedade – não acolhem o entendimento formulado nessas reservas. Nesta medida, surgem as objeções enquanto reações às reservas efetuadas.

No entanto, os efeitos dessas objeções, assim como o próprio regime das reservas, não estão totalmente clarificados no âmbito da prática internacional. Esta ambiguidade deve-se a alguns conceitos indeterminados e imprecisões presentes na Convenção de Viena, que muitas vezes suscitam dúvidas de interpretação. Algumas questões que surgem são, por exemplo: o que é o fim e o objeto do tratado?; são permitidas reservas alargadas?; qual é a consequência jurídica da violação de limites materiais das reservas?; podem as objeções ser retiradas? quais as consequências das objeções?; as declarações interpretativas também podem ser objetadas?. Estas foram algumas questões com que me deparei ao longo do estágio curricular aquando da realização de tarefas relacionadas com as reservas a Convenções.

Estas especificidades do direito dos tratados são, até aos dias de hoje, alvo de várias discussões e controvérsia no seio da Organização das Nações Unidas, assim como na doutrina internacional. Perante as especificidades que são de maior interesse, o foco do presente relatório não irá incidir sobre tratados constitutivos de organizações internacionais, tratados com o número limitado de partes, nem tão pouco de reservas no caso de sucessão de Estados, não só porque ao longo do meu estágio não me debrucei sobre este tipo de reservas, mas também porque são de tal forma complexas que dariam lugar a uma outra tese. Este relatório incide, sim, sobre tratados multilaterais que mais suscitam a aplicação deste regime e com os quais me deparei ao longo do estágio.

Muitas vezes se verifica que certas reservas que são contrárias ao fim do tratado, ao serem aceites e não objetadas, podem implicar, na prática, o incumprimento do tratado pelo Estado Parte que as formulou, o que significa a vinculação desse Estado ao tratado é, no fundo, vazia de resultado e significado. Na realidade, até a simples aceitação de algumas reservas pode conduzir ao próprio desrespeito do tratado. Por este motivo, a formulação

de objeções por parte dos restantes Estados Parte no tratado é crucial, uma vez que refletem o seu empenho no cumprimento do tratado, cujo fim consideram indispensável.

Outro aspeto que me motivou a querer aprofundar esta temática foi a escassez de publicações em Portugal que incidisse sobre a problemática do regime das reservas³. Apesar de muitos dos manuais de Direito Internacional Público conterem um capítulo (ou secção) dedicada às reservas aos tratados multilaterais, estes não aprofundam todas as discussões que o tema envolve, tão pouco as implicações práticas que estas figuras têm no que toca ao cumprimento dos tratados. Afinal de contas, a presente problemática prende-se muito com um dos princípios basilares de direito internacional público que é o *pacta sunt servanda* e, por isso, não deve ser esquecida.

Muitas vezes o regime da permissibilidade das reservas é visto como um perigo face à integridade do tratado. Por isso, é importante mencionar que a problemática das reservas a tratados multilaterais não é uma questão meramente formal ou secundária do direito dos tratados. Pelo contrário, a aplicação do regime das reservas e objeções aos tratados prende-se verdadeiramente com a substância e cumprimento dos tratados em questão. Engloba várias questões essenciais, tal como a procura de um acordo face a divergências políticas e culturais de vários Estados, o respeito pelos direitos humanos e até o respeito de princípios basilares de Direito Internacional Público.

Em suma, o presente relatório visa precisamente clarificar o regime legal presente na Convenção de Viena e realçar a importância do regime das reservas. Considero que é extremamente prudente desenvolver a presente temática no âmbito deste relatório de estágio, não só porque foi objeto de tarefas do estágio curricular que realizei no Ministério dos Negócios Estrangeiros (o que me deu uma perspetiva alargada sobre o verdadeiro impacto destes institutos no âmbito do Direito dos Tratados), mas também porque constitui uma das mais enigmáticas especificidades dos tratados multilaterais.

³ A este nível, destaco especialmente os seguintes textos: ALVES, R. Guichard – *Alguns aspectos do regime das reservas aos Tratados na Convenção de Viena de 1969*. In: Direito e Justiça, vol. VIII, 1993; ROCHA, Armando - *A formulação de reservas a tratados internacionais*. In: O Direito. ISSN: 0873-4372. A. 143, n.º 1 (2011); PIRES, Maria José Morais - *As Reservas à Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Coimbra: Almedina, 1997. Dissertação de mestrado em Direito internacional público apresentado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Março de 1995; por fim, também o BAPTISTA, E. Correia – *Direito Internacional Público, Livro I*, cap. 7.2.2., Lisboa: Lex, 2015.

II. O presente relatório de estágio está dividido em cinco capítulos. No Capítulo I. abordo todos os aspetos relevantes do estágio curricular, as tarefas realizadas e em que medida me inspiraram a escolher a presente temática. No Capítulo II. enumero as mais importantes fontes para a análise do tema das reservas e das suas respetivas objeções e que, por isso, são referenciadas ao longo de todo o relatório. O Capítulo III. relata a evolução histórica das reservas e objeções, assim como os motivos que impulsionaram o seu crescente peso e utilização ao longo da história. O Capítulo IV. trata das reservas, o seu significado, em que medida têm impacto no panorama internacional e as várias problemáticas inerentes à sua existência na história e na atualidade. Por fim, o Capítulo V. debruça-se sobre as objeções, no qual realço o seu significado e importância no âmbito do direito internacional.

CAPÍTULO I – ESTÁGIO NO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

1.1. Breve História do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Após a Restauração, no reinado de D. João IV, foi criada a primeira Secretaria de Estado. No entanto, a história de diplomacia de Portugal é ainda mais antiga, remontado desde a época do Condado Portucalense. Em 1643 foram criadas três secretarias: a Secretaria de Estado, a Secretaria das Mercês e Expediente e a Secretaria da Assinatura. A Secretaria de Estado era vocacionada para os assuntos “de Estado”, sendo responsável pelas matérias relativas a negociações (desde tratados a casamentos e alianças), pelo envio de agentes diplomáticos para o exterior e comunicação com estadistas estrangeiros sobre paz e guerra⁴.

Mais tarde, em meados do séc. XVIII, no reinado de D. João V, deu-se a reorganização da Administração Pública, sendo que através do Alvará de 28 de julho de 1736, foram criadas três secretarias em substituição das *supra* mencionadas: a dos Negócios Interiores do Reino, a da Marinha e dos Domínios Ultramarinos e a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

A separação entre os Negócios Estrangeiros e a Guerra foi confirmada oficialmente pela Carta de Lei de 12 de junho de 1822, através da qual se estabeleceu a **Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros**. Apenas no final do século XIX é que o termo “ministério” passou a ser de uso corrente para designar os vários departamentos do governo, em substituição do termo “Secretaria de Estado”.

O Palácio das Necessidades, que em tempos foi um convento e residência real de D. Maria II, D. Pedro V, D. Carlos I e D. Manuel II, ficou vazio após a proclamação da República em 1910⁵. Em 1926 foi tornou-se sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ainda nos dias de hoje, os serviços centrais do MNE funcionam no Palácio das Necessidades.

⁴ Portal Diplomático, História do MNE. Disponível em: <<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/quem-somos/historia-do-mne>>. Consultado em fevereiro de 2018.

⁵ Portal Diplomático, A Sede do MNE. Disponível em: <<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/historia-palacio/sede-do-ministerio-dos-negocios-estrangeiros>> Consultado em fevereiro de 2018.

1.2. Caracterização da Entidade Acolhedora

O MNE constitui a instituição nacional responsável pela parte estrutural e determinante para a coordenação, formulação e execução da ação externa do Estado.

Ao longo do tempo, na prossecução da sua missão, foi atribuído como responsável pelas matérias que ainda hoje são da sua competência, entre as quais se destacam: a proteção dos cidadãos portugueses no estrangeiro, a condução de negociações internacionais e de processos de vinculação internacional (ao nível de acordos e tratados) do Estado português, a condução e coordenação da participação portuguesa no processo de construção europeia e a promoção de relações de cooperação e amizade com os diversos parceiros internacionais⁶. No âmbito do exercício das suas funções, o MNE recorre a serviços integrados na administração direta do Estado, a organismos integrados na administração indireta do Estado, a órgãos consultivos e a outras estruturas⁷.

Entre os serviços centrais da administração direta do Estado encontra-se a Secretaria-Geral, que integra os seguintes serviços: o Protocolo do Estado, o Departamento Geral de Administração, o Departamento de Assuntos Jurídicos e o Instituto Diplomático⁸.

O meu estágio foi realizado no Departamento de Assuntos Jurídicos que é o serviço da Secretaria-Geral ao qual compete, respetivamente:

- a) “Elaborar pareceres, responder a consultas e elaborar estudos sobre matérias de natureza jurídica, tanto interna como internacional;
- b) Assegurar a representação do MNE nos processos de contencioso administrativo, preparando peças processuais e acompanhando os processos nas suas diferentes fases processuais;
- c) Apoiar as entidades competentes na preparação e acompanhamento de quaisquer processos ou procedimentos em que estejam envolvidos serviços do MNE;
- d) Proceder à transmissão e recebimento dos processos de extradição;

⁶ Portal Diplomático, O que faz o MNE. Disponível em: <<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/quem-somos/o-que-faz-o-mne>>. Consultado em fevereiro de 2018.

⁷ Tal como resulta do art. 3.º do Decreto-Lei 121/2011 de 29 de dezembro que aprova a Lei Orgânica do MNE, publicado em Diário da República, n.º 249/2011, Série I de 2011-12-29.

⁸ *Ibidem*, art. 4.º.

- e) Proceder à transmissão e recebimento de cartas rogatórias e precatórias, assim como de outros actos judiciais interessando países estrangeiros;
- f) Preparar e assegurar a participação portuguesa na negociação de tratados e de acordos internacionais que versem a protecção da pessoa e a cooperação jurídica, em colaboração com os serviços do MNE e de outros departamentos governamentais;
- g) Acompanhar a negociação de outros tratados e acordos internacionais;
- h) Acompanhar o processo destinado a ultimar a vinculação internacional do Estado Português;
- i) Exercer as funções de depositário dos tratados e dos acordos internacionais, quando o Estado Português tenha sido designado para esse efeito;
- j) Acompanhar questões contenciosas internacionais em que o Estado Português seja parte;”⁹

Por fim, o DAJ subdivide-se em dois serviços: a Direção de Serviços de Direito Interno e a Direção de Serviços de Direito Internacional Público, no qual estagiei e desempenhei as funções que passarei a analisar. A Direção do DAJ está a cargo da Dra. Susana Vaz Patto, a Direção do DIN está a cargo da Dra. Sílvia Galvão Teles e do DIP a cargo do Dr. Mateus Kowalski.

1.3. A Direção de Serviços de Direito Internacional Público

A Direção de Serviços de Direito Internacional Público é responsável por lidar com as mais importantes questões da área, tais como:

- a) Relações Económicas e Sociais de Portugal com outros Estados;
- b) Preparar a vinculação de Portugal a acordos e tratados (dos quais destaco as Convenções do Conselho da Europa, Conferência de Haia e Organização das Nações Unidas);
- c) Questões respeitantes a tribunais internacionais, tais como o Tribunal Penal Internacional, o Tribunal Permanente de Arbitragem e o Tribunal de Justiça;
- d) Ambiente;
- e) Segurança e Defesa;

⁹ Artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 10/2012 de 19 de janeiro, publicado em Diário da República, n.º 14/2012, Série I de 2012-01-19.

- f) Privilégios e Imunidades;
- g) Direito Internacional Humanitário;
- h) Questões da CPLP assim como outras questões relacionadas com cultura e línguas;
- i) Participação de Portugal nas reuniões ONU, Conselho de Europa (no qual participa nas reuniões do *Committee of Legal Advisors of Public International Law*), Conferência de Haia, entre outras organizações internacionais de peso;
- j) Elaborar pareceres e estudos sobre matérias de Direito Internacional;
- j) Cooperação Judiciária Internacional.¹⁰

Acresce que o DIP tem também uma Área de Tradução, que chegou a ser uma unidade orgânica oficial, conhecida por Núcleo de Traduções de Convenções Internacionais (2007)¹¹. Na época da crise financeira em Portugal esta unidade orgânica independente foi oficialmente eliminada¹², no entanto, o DIP continua a ter uma Área de Tradução, de grande utilidade, que se ocupa da tradução dos documentos oficiais portugueses e das notificações ao depositário de Convenções Internacionais.

Como vimos, a Direção de Serviços de Direito Internacional Público é responsável pela preparação, negociação e vinculação de Portugal a Convenções Internacionais, de forma a garantir o pleno cumprimento não só das normas de Direito Internacional, como da nossa Lei Fundamental¹³. É precisamente esta atribuição que justifica o acompanhamento dos Tratados Multilaterais e, conseqüentemente, das reservas formuladas por outros Estados e a averiguação da sua permissibilidade – o tema objeto do presente relatório de estágio.

1.4. Expetativas em relação ao Estágio

Para além de adquirir um primeiro contacto com o mundo do trabalho na área do direito internacional público, uma das minhas principais expetativas era perceber o

¹⁰ Esta é uma lista exemplificativa, que foi elaborada por mim.

¹¹ Portaria 504/2007, de 30 de abril, publicada em Diário da República n.º 83/2007, Série I de 2007-04-30.

¹² Decreto Regulamentar n.º 10/2012, de 19 de janeiro, publicada em Diário da República n.º 14/2012, Série I de 2012-01-19.

¹³ Portal Diplomático, Política Externa, Direito Internacional Público. Disponível em: <<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/direito-internacional/direito-internacional>>.

Consultado em fevereiro de 2018.

funcionamento e organização do Ministério dos Negócios Estrangeiros enquanto instituição responsável pela condução da política externa do país.

De acordo com aquilo que era pedido para ocupar a função de estagiário no DIP¹⁴, tinha a ambição de adquirir competências práticas sobre a elaboração de pareceres, pesquisas, desenvolver o meu espírito crítico e analítico na área, assim como de contribuir para o bom funcionamento da Direção de Serviços em questão. Tinha também a expectativa de aprender mais sobre o funcionamento da ONU, assim como elaborar estudos inerentes à participação da representação do Portugal na Assembleia-Geral das Nações Unidas e noutras organizações internacionais. Pretendia também aprender sobre como se processa a vinculação de Portugal nas Convenções Internacionais e em que medida estão os Estados presentes na fase de negociação e de conclusão dos mesmos.

Por fim, para além do desenvolvimento destas capacidades de análise e produtividade, pretendia desenvolver as minhas competências pessoais e interpersoais num contexto profissional.

1.5. Relatório de Estágio v. Dissertação

Uma vez que tinha a ambição de enriquecer com uma experiência no mercado de trabalho no âmbito de Direito Internacional, após a fase letiva do Mestrado optei por candidatar-me ao estágio curricular em questão. Em congruência com esta decisão, fez muito mais sentido optar por um relatório de estágio na medida em que este apresenta uma componente mais prática, fortemente relacionada com o trabalho desenvolvido no estágio e que, ao mesmo tempo, me permite aprofundar os meus conhecimentos sobre um tema específico na área.

A elaboração do relatório de estágio tem a grande vantagem de, no caso de dúvidas sobre a temática escolhida, poder contar com o apoio dos profissionais que trabalham no DAJ-DIP que têm grande experiência no que toca à formulação e análise de reservas e objeções. Ademais, estava no local certo para me informar acerca de material sobre a temática.

¹⁴ Instituto Diplomático, Vagas Internas “DAJ- DIP (Departamento de Assuntos Jurídicos/ Direção de Serviços de Direito Internacional Público) - Assistência na elaboração de estudos e pareceres no domínio do Direito Internacional; - Assistência de investigação para a preparação da participação de Portugal na Assembleia Geral das Nações Unidas (âmbito Direito Internacional)” Disponível em: <<https://idi.mne.pt/pt/estagcurric/candidaturas.html>>. Consultado em fevereiro de 2018.

Considerando todos estes fatores, julgo que fiz a escolha certa em optar pelo relatório de estágio, pois permite-me analisar e explicar o complexo regime das reservas a Convenções Internacionais de um ponto de vista prático, com exemplos atuais que se afiguram paradigmáticos, assim como alguns exemplos de reservas e objeções formuladas pela República Portuguesa ao longo dos anos. Neste sentido, muitos exemplos aos quais recorri ao longo do presente relatório são retirados das tarefas que pude desenvolver, de materiais com os quais tive contato ao longo dos seis meses na Direção de Serviços de Direito Internacional Público e de discussões sobre a temática com os profissionais presentes.

Em suma, a elaboração do presente relatório de estágio foi a escolha que se afigurou a mais acertada. A oportunidade do estágio no MNE constituiu uma mais valia na medida em que não só valoriza o meu *curriculum vitae* e adquire experiência profissional, como também me dá uma perspetiva muito realista de como o regime das reservas é aplicado no panorama internacional.

1.6. Atividades Desenvolvidas durante o Estágio

O estágio curricular foi realizado sob orientação do Dr. Mateus Kowalski e com o apoio de todos os técnicos superiores da Direção de Serviços de DIP (a Dra. Inês Matos, Dra. Vanda Esteves, Dr. Ana Rita Costa Pereira, Dra. Marta Saraiva, Dra. Dora Martins, Dr. Patrícia Galvão Teles e o Dr. Eurico Pedrosa). Destaco que todos acompanharam o meu trabalho, mostrando-se sempre extremamente disponíveis no apoio das tarefas realizadas, assim como no fornecimento de informações e materiais essenciais para o desenvolvimento das mesmas. No âmbito deste capítulo passarei a enumerar as atividades que me foram atribuídas que considero de maior relevância.

1.6.1. Elaboração de Estudos para a Participação de Portugal na 6.^a Comissão da ONU

Cheguei ao DAJ-DIP no momento de preparação da participação de Portugal na 6.^a Comissão da ONU que tem lugar na Assembleia-Geral da ONU, na qual se discute o relatório anual da CDI, assim como outras questões legais relevantes para os quais se devem preparar. Neste âmbito, realizei pesquisas sobre a Sucessão de Estados no que toca à responsabilidade dos Estados (procurei material da CDI sobre o tema e recolhi exemplos de Sucessão de Estados nos últimos trinta anos); sobre o Estatuto de Observador na Assembleia-Geral (se certas organizações internacionais podem obter esse Estatuto e quais

os critérios de decisão) e também sobre a responsabilidades dos Estados por danos ambientais.

1.6.2. Elaboração de Estudos para a Participação de Portugal na 16ª Sessão dos Estados Parte do Tribunal Penal Internacional

Neste âmbito contribui através da elaboração de pesquisas que resultaram numa espécie “Guia Histórico e Prático” sobre a evolução do crime de agressão e a ativação da jurisdição do crime de agressão no TPI. Esta questão era das mais importantes a discutir, visto que dificilmente se encontrava um consenso. Uma das condições para a ativação da jurisdição já estava preenchida (a ratificação ou aceitação das emendas sobre o tema no Estatuto de Roma, de acordo com o seu art. 15.º, *bis*, n.º 2), no entanto faltava ainda que a maioria dos Estados Parte do TPI (*i.e.*, dois terços) reconfirmassem a necessidade de ativação da jurisdição do Tribunal (art. 15.º *bis*, n.º 3). É de notar que a 16.ª Sessão culminou efetivamente na ativação da jurisdição do Tribunal a partir de 17 de Julho de 2018. Esta decisão é um grande marco na história do TPI, vinte anos após a adoção do Estatuto de Roma em 1998.

1.6.3. Preparação da Participação de Portugal nas Reuniões do COJUR e do CADHI

O Conselho da Europa tem, entre outras, a atribuição de trabalhar com os seus Estados Membros a fim de coordenarem as suas atividades no que toca ao Direito Internacional. Para esse fim, as reuniões do **CADHI** (*Committee of Legal Advisers on Public International Law*) realizam-se de seis em seis meses, na qual se juntam os juristas dos vários Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos Estados membros da organização, assim como outros Estados e organizações observadoras¹⁵.

Já no âmbito do Conselho Europeu da União Europeia, Portugal participa ativamente no **COJUR** (*Working Party on Public International Law*) que visa debater semestralmente vários temas de Direito Internacional Humanitário, assim como acompanhar o trabalho da CDI, analisar questões relacionadas com a responsabilidade

¹⁵ Council of Europe, Committee of Legal Advisers on Public International Law, Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/cahdi>>. Consultado em março de 2018.

internacional dos Estados e, também, analisar as reservas e declarações efetuadas pelos Estados no momento de vinculação a Convenções Internacionais¹⁶.

No contexto destas reuniões os Estados Membros ficam incumbidos de discutir certas declarações e reservas formuladas a determinadas Convenções, com vista à análise da sua admissibilidade e troca de informações sobre as mesmas. Nesta medida, uma das minhas funções enquanto estagiária foi elaborar os documentos de preparação para a participação de Portugal nessas reuniões, tal como tabelas com todas as informações úteis sobre a Convenção e a respetiva declaração unilateral em análise: os prazos para a formulação de objeções, desde quando Portugal é parte na Convenção, se Portugal já objetou a reservas semelhantes, se já há oposições formuladas por parte de outros Estados Membros e análise do impacto que essas reservas e declarações poderão ter no âmbito do direito internacional.

1.6.4. Cooperação Judiciária Internacional

A cooperação judiciária internacional é um instituto que proporciona uma assistência mútua entre Estados, a fim de garantir segurança e estabilidade nas relações internacionais. Para que haja o reconhecimento da atividade jurisdicional de determinados atos de um Estado soberano fora dos seus limites territoriais, tais atos deverão ser reconhecidos ou autorizados pelo Estado onde estes foram praticados. É, assim, por meio da cooperação que se reconhecerá a legitimidade destes atos. Neste âmbito, apoiei na transmissão de pedidos de cooperação judiciária (especialmente na transmissão de pedidos e devoluções de cartas rogatórias¹⁷).

Acresce que, de forma a facilitar o procedimento a novos estagiários que fossem apoiar na tarefa, elaborei uma espécie de Guia com todas as informações sobre a cooperação judiciária e os passos a tomar para o cumprimento dos pedidos e das devoluções.

¹⁶ European Council, Council of the European Union, Working Party on Public International Law, Disponível em: < <http://www.consilium.europa.eu/en/> >. Consultado em março de 2018.

¹⁷ Instrumento jurídico internacional pelo qual um país requer o cumprimento de um ato judicial ao órgão jurisdicional de outro país, para que este coopere na prática de determinado ato processual. Tem por objetivo a realização de atos e diligências processuais no exterior, como, por exemplo, citação de pessoas, audição de testemunhas, e não possui fins executórios. Respeitam a autoridades competentes nacionais e estrangeiras.

1.6.5. Formulação de Objeções a Reservas a Convenções Internacionais

Uma das minhas tarefas diárias de grande responsabilidade foi a verificação nos depositários da Conferência de Haia, ONU e Conselho da Europa de notificações de reservas ou declarações formuladas pelos Estados, efetuadas no momento da sua vinculação às Convenções no seio dessas organizações.

Todas as reservas e declarações de maior relevância foram colocadas numa tabela, na qual se analisaram certos aspetos, respetivamente: o teor da reserva, se Portugal é ou não parte da Convenção em análise, se é ou não pertinente objetar e o prazo para realizar a objeção. Nos casos em que se apresentava imperativo formular uma objeção ou oposição, tive a oportunidade de apoiar na preparação dos documentos necessários, assim como na elaboração do próprio texto da objeção, da nota explicativa com os respetivos motivos de objeção e envio para a notificação da mesma no depositário da Convenção. Nomeadamente, apoiei na elaboração da objeção à reserva formulada pela República Islâmica do Afeganistão ao **Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea**, que será analisada mais à frente neste relatório. Apoiei também na elaboração de declarações acerca das declarações formuladas pela Rússia às Convenções da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado referentes ao Estatuto da Crimeia¹⁸.

1.6.6. Outras Atividades Desenvolvidas

No contexto do estágio do MNE tive também a oportunidade de fornecer apoio na pesquisa e na elaboração de alguns pareceres, nomeadamente sobre a admissibilidade de

¹⁸ Nomeadamente às seguintes Convenções: Convenção de Haia relativa ao Procedimento Civil de 1954, Convenção de Haia relativa à Supressão da exigência da Legalização de Atos Públicos Estrangeiros de 1961, Convenção de Haia relativa à Citação e à Notificação no Estrangeiro dos Atos Judiciais e Extrajudiciais em Matérias Civil e Comercial de 1965, Convenção de Haia sobre a obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil e Comercial de 1970, Convenção de Haia relativa ao Reconhecimento e à Execução de Decisões relativas às Obrigações Alimentares de 1973, Convenção de Haia sobre os Aspetos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças de 1980, Convenção de Haia relativa à Competência, à Lei Aplicável, à Execução e à Cooperação em Matéria de Responsabilidade Parental e de Medidas para a Proteção das Crianças de 1996 e, por fim, Convenção de Haia sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em Benefício dos Filhos e de outros Membros da Família de 2007.

reformulação de reservas, assim como sobre os requisitos e procedimentos necessários para o estabelecimento de relações consulares entre Estados.

É de destacar também a elaboração de outras pesquisas que efetuei no âmbito do direito dos tratados, tais como: a averiguação de Convenções das Nações Unidas das quais Portugal não é Parte e a sua razão de fundo para tal facto; sobre a questão das imunidades dos altos funcionários do Estado; a averiguação sobre o estabelecimento de árbitros para assegurarem o cumprimento de certas convenções; e, por fim, destaco também a elaboração de uma pesquisa acerca da identificação do costume internacional, em particular sobre importância da *opinio iuris* (o elemento subjetivo, a convenção de obrigatoriedade do costume) e como esta poderá ser aferida, e também acerca da perspetiva das organizações internacionais como contribuidoras para a formação do costume internacional.

Por fim, penso que é de realçar que pude contribuir para a organização do arquivo do DAJ-DIP consoante as Organizações em causa (organizei, respetivamente, as pastas da ONU, Conselho da Europa, CPLP, UNESCO, NATO, Organização Internacional do Trabalho, Organização Marítima Internacional e Convenções no âmbito da região Ibero-Americana), tal possibilitou-me não só fazer pequenas análises sobre os documentos em questão, como também aprender acerca das várias Convenções e organizações internacionais em causa.

1.7. Balanço Final sobre o Estágio Curricular

O estágio que realizei superou as minhas expectativas, uma vez que as tarefas que desempenhei permitiram-me ter uma visão otimizada do funcionamento do DAJ-DIP e do funcionamento da instituição que é o MNE, na medida em que pude acompanhar de perto o progresso de diversas matérias de direito internacional das quais Portugal fez parte – das quais destaco a aceitação da jurisdição do crime de agressão pelo TPI.

Ademais, tive a oportunidade de acompanhar como é que realmente se processam os estudos e as pesquisas de preparação para a participação de Portugal nas reuniões das Nações Unidas e de outras organizações internacionais (*supra* mencionadas) e em que medida essa participação tem impacto no panorama internacional.

Por fim, as funções que realizei foram, não só desafiantes, como também relevantes para a evolução do paradigma internacional. O estágio permitiu-me desenvolver as minhas competências de pesquisa e análise, assim como de organização e de expressão escrita,

tanto em inglês como em português. Para além destas, desenvolvi também competências pessoais, ao nível de gestão do tempo, organização e dinâmica no trabalho. Assim, penso que a minha experiência no MNE foi extremamente adequada para a minha formação académica, uma vez que vai precisamente ao encontro do Direito Internacional, e foi crucial para o desenvolvimento das minhas capacidades profissionais e interpessoais no contexto de trabalho.

CAPÍTULO II. FONTES JURÍDICAS DO DIREITO DOS TRATADOS QUANTO ÀS RESERVAS E OBJEÇÕES

2.1. O *Ius Cogens* (Direito Cogente, Imperativo ou Vinculativo)

A aceitação dos princípios de *ius cogens* no topo da hierarquia das fontes de Direito Internacional é das maiores marcas da evolução do Direito Internacional contemporâneo. O *ius cogens* significa Direito Imperativo, que vai para além da vontade dos Estados e das organizações internacionais, assente em valores ou regras fundamentais que compõem a ordem pública internacional. Assim, o Direito Cogente deve ser respeitado quer no que toca à negociação e conclusão dos tratados e à prática de atos unilaterais (e, consequentemente, se estende à formulação de reservas)¹⁹. No que respeita aos princípios inerentes ao direito cogente, Jorge Miranda elenca: os princípios que concernem a comunidade internacional como um todo, princípios relativos às obrigações dos sujeitos de Direito Internacional (os Estados e as organizações internacionais), princípios inerentes às relações entre estados e princípios intrínsecos à pessoa humana²⁰.

A imperatividade do *ius cogens* ficou consagrada na CVDI (nos seus arts. 53.º e 64.º). A sua importância no que toca à temática do relatório é clara, uma vez que as disposições de tratados incompatíveis com normas de *ius cogens* devem ser consideradas nulas, só faz sentido que a mesma lógica se aplique também ao regime das reservas aos tratados.

2.2. O Tratado enquanto Fonte do regime das reservas

O tratado corresponde a um acordo de vontades concluído entre sujeitos de direito internacional no qual se constituem direitos e deveres e que se destina a produzir efeitos nas respetivas ordens jurídicas em causa²¹.

Atualmente, é evidente a crescente importância do tratado enquanto fonte de direito internacional. Por este motivo, o princípio *pacta sunt servanda* é universalmente

¹⁹ Cf. PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto de - *Manual de Direito Internacional Público*. 3ª Edição. Coimbra: Livraria Almedina, 2002, pp. 277 s.s.

²⁰ MIRANDA, Jorge – *Curso de Direito Internacional Público*. 5ª Edição. Princípa Editora, Lda, 2012, p. 123.

²¹ *Ibidem*, p. 59. Há que realçar que no âmbito da doutrina internacional têm sido feitas várias distinções entre "tratado" e "convenção", consoante o seu grau de formalidade ou importância. No entanto, no âmbito deste relatório, de forma alternável, irei utilizar os dois termos como sinónimos para denotar todas as obrigações acordadas formalmente entre vários Estados.

reconhecido²² e deve ser impreterivelmente respeitado por todos os sujeitos de Direito Internacional. Esta importância resulta do facto do tratado resultar um longo processo de diálogo entre os sujeitos internacionais no qual procuram salvaguardar os seus interesses. Este processo de longo diálogo corresponde à fase de negociações, na qual os Estados fixam o texto do tratado. É precisamente após esta fase negociações que os órgãos competentes do Estado efetuam juízos e ponderações acerca do texto do tratado adotado pelos seus representantes, de forma a decidirem se pretendem que o Estado efetivamente se vincule internacionalmente ao Tratado.

Assim, nesta fase, posterior à fase de negociações, os Estados têm três opções: não se vinculam ao tratado, vinculam-se à totalidade do tratado, ou optam por se vincularem ao tratado, mas não à sua totalidade, através da formulação de determinadas reservas (o pode ser visto como comprometedor da sua integridade)²³. É precisamente na fase do processo de vinculação ao tratado que a reserva deve ser formulada (*i.e.*, momento da assinatura, ratificação, aceitação ou adesão), tal como definido no proémio do art. 19.º CVDI.

Cumpra também ter em conta que são os próprios Tratados em questão que estabelecem em que medida podem ser efetuadas reservas. Isto porque, juridicamente, sempre que existam regras especiais (as existentes no próprio Tratado) estas devem prevalecer sobre as regras gerais (da CVDI). Assim, as próprias Convenções podem conter artigos que permitam especificamente reservas ou, por outro lado, artigos que explicitamente as proibam a total ou parcialmente.

2.3. A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969

A CVDI, assinada a 23 de maio de 1969, codifica e estabelece as regras para a elaboração de tratados internacionais. Esta Convenção entrou em vigor a 27 de janeiro de 1980 (tal como consta do n.º 1 do seu art. 84.º). Naturalmente, enquanto Convenção codificadora do direito dos tratados, contém disposições fundamentais quanto ao regime das reservas e respetivas objeções a tratados multilaterais, sobre as quais me irei debruçar ao longo deste relatório.

²² Cf. o Preâmbulo da CVDI.

²³ Cf. ROCHA, Armando - *A formulação de reservas a tratados internacionais*. In: O Direito. ISSN: 0873-4372. A. 143, n.º 1 (2011), p. 58.

A CVDI, no seu art. 2.º, n.º 1, al. d) consagra a definição de “reserva” como: “(...) uma declaração unilateral, qualquer que seja o seu conteúdo ou a sua denominação, feita por um Estado quando assina, ratifica, aceita ou aprova um tratado ou a ele adere, pela qual visa excluir ou modificar o efeito jurídico de certas disposições do tratado na sua aplicação a esse Estado”. No entanto não apresenta qualquer definição para “objeções”. O art. 19.º consagra a formulação das reservas (quando e em que medida estas podem ser formuladas). O art. 20.º debruça-se sobre a aceitação das reservas e objeções às reservas, o art. 21.º consagra os seus efeitos jurídicos, o art. 22.º debruça-se sobre a sua retirada e, por fim, o art. 23.º incide sobre os seus efeitos.

Embora extenso, o regime das reservas instituído pela CVDI não impõe soluções decisivas quanto às objeções a essas mesmas reservas. Pelo contrário, deixa grande margem para diálogo entre os Estados e as organizações internacionais. Esta possibilidade de diálogo é confirmada pelos próprios trabalhos preparatórios da Convenção e, embora a própria CVDI não consagre expressamente, o seu regime normativo também não impede que tal diálogo tenha lugar.

O regime jurídico instituído hoje pela CVDI é completamente oposto ao tradicional regime da unanimidade, no qual cada um dos Estados contratantes num tratado deveria aceitar as reservas, sob pena destas não produzirem efeitos. Este anterior regime não deixava qualquer espaço para diálogo, visto que bastava que um Estado rejeitasse uma reserva para que esta fosse bloqueada e para que o tratado não produzisse efeitos quanto ao seu autor. Atualmente, é essencial ter em conta o processo de diálogo entre os sujeitos de direito internacional, refletido na prática e no contexto do regime da CVDI, sempre que um Estado ou organização formule uma reserva – seja qual for o contexto do tratado, seja no seio da ONU, de Haia ou do Conselho de Europa.

2.4. Jurisprudência

Em bom rigor, a jurisprudência não é fonte formal de direito internacional²⁴. Não obstante, como resulta do art. 38.º, n.º 1, al. d) do Estatuto do TIJ, serve como meio auxiliar na determinação das regras de direito. Por esse motivo, incluímos neste capítulo uma menção à jurisprudência, na medida em que serão mencionados alguns casos tanto do

²⁴ BROWNIE, Ian; STOCKINGER, Victor Richard – *Princípios de Direito Internacional Público*, p. 31.

TIJ, como do TEDH e menções ao Estatuto do TPI que foram cruciais para o desenvolvimento do regime das reservas como hoje o conhecemos.

Tal como resulta do art. 59.º do Estatuto do TIJ, o Tribunal é competente para resolver litígios, mas as suas decisões não são vinculativas, nem tão pouco moldam o direito. Como Ian Brownlie menciona, o “tribunal aplica o Direito e não legisla.”²⁵. Ainda assim, é importante destacar a importância do TIJ para desenvolvimento do Direito Internacional, nomeadamente no que toca à temática das reservas face o impacto do seu parecer de 1951 sobre as reservas à **Convenção das Nações Unidas sobre a Prevenção e Punição do Crime do Genocídio** de 1948.

2.5. Trabalhos e Relatórios da Comissão de Direito Internacional

A Assembleia-Geral da ONU, na sua Resolução 48/31 de 9 de dezembro de 1993, promoveu a decisão da CDI que consistia em incluir na agenda de discussões o tópico das reservas às convenções de direito internacional. Esta decisão representa o ponto de viragem no que toca ao estudo da formulação das reservas e objeções a convenções internacionais.

Passados mais de vinte anos da adoção da CVDI, na Quadragésima Sexta Sessão da Assembleia-Geral da ONU, em 1994, a CDI incluiu no seu programa de trabalho a temática das Reservas, para qual nomeou Alain Pellet como *Special Reporter*²⁶. Consequentemente, hoje existem vários relatórios das reuniões da CDI sobre a temática²⁷, nos quais estão reunidas, em detalhe, referências sobre toda a história das reservas e objeções, a sua interpretação, assim como exemplos paradigmáticos da sua formulação em diversos tratados e na prática internacional.

Num total de cerca de 17 anos a CDI elaborou vários relatórios, com cometários, acerca da problemática do regime da permissibilidade das reservas, declarações interpretativas e reações às mesmas. Estas servem como elemento de apoio na medida em

²⁵ *Ibidem*, p. 32.

²⁶ Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas -Report of the Fiftieth session, 20 April - 12 June and 27 July - 14 August 1998, Official Records of the General Assembly, Fifty-third session, Supplement No.10 (A/53/10), p. 90. Disponível em <www.legal.un.org/docs>. Consultado em março de 2017.

²⁷ Sendo o último o *Seventeenth Report on Reservations to Treaties* (A/CN.4/647), que incide sobre a Sexagésima Terceira Sessão (que tomou lugar em Génova, entre 26 de Abril e 3 de Junho, 4 de Julho e 12 de Agosto de 2011).

que orientam sobre como aplicar o regime e como preencher certas lacunas deixadas pela CVDT. São complementares, na medida que nunca podem prevalecer sobre o regime da CVDT e explicitam a evolução história de todos os relatórios da CDI desde 1998 a 2010.

O último Relatório elaborado por Alain Pellet em 2017²⁸ funciona como um elemento interpretativo muito importante sobre o regime das reservas. Assim, este instrumento será uma das fontes mais utilizadas para a elaboração do presente relatório de estágio e, doravante, será apenas referido como “Guia da CDP”.

Para além dos relatórios, há também *Reports of the Drafting Committee* que esclarecem aspetos mais formais (como títulos e afins) dos Guias da CDI que vão sendo elaborados.

²⁸ Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties*, Report of the Sixty-Third Session (Document A/66/10/Add.1), New York, United Nations, 2011, Cap. IV.

CAPITULO III - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A partir da segunda metade do séc. XIX as convenções multilaterais começaram a alargar o seu número de Estados e, conseqüentemente, a figura das reservas começou a difundir-se. Porém, foi apenas a partir das Convenções de Haia de 1899 e 1907 que as reservas passaram a ser reconhecidas como um instituto do direito dos tratados²⁹. Isto porque compreendeu-se que este facilita a participação de mais Estados num tratado de grande interesse para o panorama internacional, mesmo que estes discordem de algum dos seus pontos.

Tradicionalmente, a posição do direito internacional era a de recusa da possibilidade de formulação de reservas na medida em que afetassem a plenitude das regras substanciais do tratado, uma vez que havia a percepção de que a aceitação de reservas aos tratados implicaria a limitação da soberania dos outros Estados Parte no Tratado³⁰. Neste âmbito, as reservas apenas seriam válidas se todas as partes as aceitassem – assim, “uma reserva constituía uma contraproposta que exigia uma nova aceitação, na ausência do qual o Estado-autor não se tornava parte no tratado”³¹.

Assim, a resistência à permissão da formulação de reservas estava fortemente relacionada com a necessidade de **preservação da integridade do tratado** tal como foi adotado. Precisamente face à necessidade de proteção do sentido do tratado, Dominique Carreau quando se refere à **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar** (Montego Bay, 1982), justifica a proibição de reservas da seguinte forma: “(...) se o tratado é concluído na sequência de uma negociação global (...), então a possibilidade de formular reservas desaparece em razão do carácter compromissório que reveste o texto final submetido à assinatura dos Estados. Trata-se de um exemplo muito interessante de incompatibilidade lógica entre a existência de reservas e um tratado multilateral com vocação universal em razão da técnica específica da elaboração deste último.”³²

²⁹ MAZZUOLI. Valerio de Oliveira – *Direito dos Tratados*. 2.^a Edição revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014. Cap. 2, p. 166.

³⁰ Cf. PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto de; *Op. Cit.*, p. 232.

³¹ BROWLIE, Ian; STOCKINGER, Victor Richard – *Op. Cit.*, p. 632.

³² CARREAU. Dominique, *Droit International*, 2.^a ed, Paris, 1988, p. 120. Cit por PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto de; *Op. Cit.*, p. 232.

Na prática da Sociedade das Nações (entre 1920 e 1946) estava estabelecido um regime de unanimidade – todos os Estados Parte no tratado deviam aceitar as reservas formuladas, caso contrário este não entrava em vigor para o Estado que formulou a objeção. Era seguido, então, um princípio de integridade absoluta. Este era um teste muito rigoroso pois dessa forma, a objeção de sequer um Estado contratante impedia que o Estado que formulou a reserva fosse parte no tratado. Contrariamente, os membros da União Pan-Americana (mais tarde conhecida como Organização dos Estados Americanos) desenvolveram uma prática, a partir de 1932, na qual se admite os Estados autores das reservas se tornem Parte perante os Estados que a ela não se opunham. Desta forma, a universalidade do tratado era promovida.

A objeção tinha, no regime tradicional, um efeito muito drástico e completamente antagônico ao da aceitação, pois fazia com que o Estado que formulou a reserva não pudesse ser considerado parte no tratado³³. A lógica deste sistema era clara: se existe uma objeção, não existe unanimidade - a objeção constituía um veto à reserva proposta e à participação do Estado enquanto parte no tratado. Assim, não era permitida qualquer derrogação a cláusulas de tratados multilaterais³⁴. Aliás, a ideia de que formulação de uma objeção que viesse produzir um efeito que não fosse o da exclusão do autor da reserva do tratado era inimaginável.

O verdadeiro ponto de viragem a nível internacional deu-se quando alguns Estados formularam reservas à **Convenção das Nações Unidas relativa à Prevenção e Punição do Crime do Genocídio** de 1948 e, como resposta, surgiram algumas objeções. Perante essas objeções, o Secretário-Geral da ONU agiu de acordo com a prática ocorrente e informou os Estados que formularam a reserva de que estes não poderiam ser Parte na Convenção. Tendo em conta a importância da Convenção, esta decisão gerou muita controvérsia e, por esse motivo, a Assembleia-Geral solicitou um parecer do TIJ. Assim, em 1951, o TIJ publicou o seu parecer sobre as reservas à Convenção³⁵, no qual introduziu a discussão em torno das reservas serem permissíveis desde que não contrariem o objeto e

³³ Pelo contrário, atualmente, este efeito é o efeito máximo de uma objeção - o efeito mais dramático que uma objeção pode ter e, por isso, pouco comum no âmbito dos tratados multilaterais.

³⁴ Cf. PELLET, Alain; MÜLLER, Daniel - *Reservations to Treaties: No Objection to a Reservation is Definitely not an Acceptance*, pp. 38-40.

³⁵ International Court of Justice, *Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide*, Advisory Opinion of May 28th 1951, Leyden A. W. Sijthoff's Publishing Company.

o fim da Convenção em causa. Desta forma, o ano de 1951 marca o período de viragem para uma maior **flexibilização** da admissão de reservas.

No parecer mencionado, o TIJ afastou-se da regra da unanimidade e designou que a tarefa de avaliar as reservas compete a cada Estado contratante e, no caso de ser formulada uma objeção, esta afetará apenas as relações bilaterais entre os diferentes Estados em causa³⁶. O TIJ sustentou ainda que a apreciação de uma reserva e o efeito das objeções formuladas à mesma dependem das circunstâncias específicas de cada caso individual. Por outro lado, como foi mencionado, restringiu a liberdade de formular reservas na medida em que estas sejam contrárias ao objeto e fim da Convenção: "O objeto e o fim da Convenção limitam, assim, tanto a liberdade de formular reservas como de objetar às mesmas"³⁷ – tratava-se do **critério da compatibilidade** das reservas com o propósito subjacente à própria Convenção. Ademais, o TIJ opinou ainda que os Estados que tinham rejeitado certa reserva poderiam considerar que o Estado que a formulou não era parte na Convenção em relação a eles. Assim, tal Convenção só vigoraria entre o Estado que formulou a reserva e aqueles que a aceitaram.

Acresce que, na Resolução 478 (V) de 16 de Novembro de 1950, a Assembleia Geral da ONU que requereu este parecer do TIJ, convidou também a CDI a estudar a questão das reservas a convenções multilaterais. Este estudo visava também resolver uma disputa entre a antiga União Soviética e o Secretário-geral das Nações Unidas enquanto depositário da Convenção sobre o Genocídio. Ora, enquanto, por um lado, o Secretário-geral da ONU continuava a apoiar a prática tradicional da Liga das Nações que exigia a unanimidade de todos os Estados Parte na Convenção, por outro lado, a antiga União Soviética contestava tal prática.

Também a mudança introduzida pela ideia de um sistema mais flexível e do critério da compatibilidade, fortemente impulsionada por Humphrey Waldock enquanto relator dos relatórios da CDI, foi inicialmente rejeitada fortemente pela CDI (principalmente pelos três primeiros relatores: J. L. Brierly, Hersch Lauterpacht e Gerald Fitzmaurice) face à

³⁶ O original em inglês é: "(...) each State which is a party to the Convention is entitled to appraise the validity of the reservation, and it exercises this right individually and from its own standpoint. (...) such a decision will only affect the relationship between the State making the reservation and the objecting State(...)" Cf. *Ibidem.*, p. 15.

³⁷ "The object and purpose of the Convention thus limit both the freedom of making reservations and that of objecting to them." Cf. *Ibidem.*, p. 24. Cit por BUFFARD, Isabelle; ZEMANEK, Karl – *The "Object and Purpose" of a Treaty: An Enigma?*, p. 312.

preferência pelo tradicional princípio da unanimidade. No entanto, Waldock considerou a objeção como tendo um efeito relativo, *i.e.*, em vez de proibir que o Estado que formulou a reserva se torne parte no tratado, deve apenas cingir-se às relações bilaterais entre o Estado que formulou a reserva e o Estado que objeta. Ademais, Waldock foi influenciado pelo parecer do TIJ a condicionar a admissibilidade das reservas à sua compatibilidade com o objeto e o fim do tratado. Dessarte, toda esta discussão gerou desacordo no seio da Assembleia Geral das Nações Unidas, pelo que somente com a Resolução 596 (VI) da Assembleia-Geral da ONU, de 12 de janeiro de 1952, é que foi aprovado o parecer do TIJ.

A CDI retomou a discussão em 1962, tendo acabado por propor a solução hoje presente na CVDT, *i.e.*, decidiram-se pela doutrina da compatibilidade. A razão de fundo desta decisão foi fundada no facto de, com o alargamento da Comunidade Internacional que adveio da independência de inúmeros novos Estados, a unanimidade seria cada vez mais inexequível.

Assim, enquanto no sistema da unanimidade predominava o objetivo da preservação da integridade do tratado, já a flexibilidade busca a maior participação dos Estados no tratado, levando até a uma fragmentação de relações bilaterais entre os Estados Parte. Em 1969, com a conclusão da CVDT, o regime das reservas mudou para um regime mais flexível que é o que permanece até os dias de hoje. No decurso destes últimos cinquenta anos, as regras para a criação de reservas têm sido crescentemente mais liberais, pelo que se tornou mais fácil para os Estados anexarem uma reserva à sua vinculação a um tratado.

Acresce também que, desta forma, o segundo argumento a favor da unanimidade (a percepção de que as reservas aos tratados implicariam a limitação da soberania dos outros Estados parte no Tratado) é também derrotado. Prepondera o argumento de que o poder que o Estado tem para propor uma reserva advém precisamente da sua própria soberania. Já quanto à soberania dos restantes Estados (aqueles que não formularam a reserva), esta é respeitada através da introdução de um sistema de objeções (que é o que temos hoje presente) e através da aplicação de um princípio de reciprocidade como princípio basilar para a cooperação e respeito entre os Estados. Assim, pelo contrário, a possibilidade que os Estados têm de aceitarem ou objetarem à reserva formulada protege a sua soberania. Se um Estado Parte na Convenção considera que a reserva, por algum motivo, limita a sua soberania, pode objetar à mesma para que esta não se considere vinculativa nas relações bilaterais entre os Estados.

Como veremos, nos dias de hoje estão consagrados dois passos essenciais para a formulação de uma reserva: primeiro, a reserva é formulada; segundo, os Estados respondem a essa reserva mediante a aceitação ou objeção à mesma.

CAPÍTULO IV- RESERVAS

4.1. Os Elementos Caracterizadores de uma Reserva

Como vimos, a reserva corresponde a "uma declaração unilateral, qualquer que seja o seu conteúdo ou a sua denominação, feita por um Estado quando assina, ratifica, aceita ou aprova um tratado ou a ele adere, pela qual visa excluir ou modificar o efeito jurídico de certas disposições do tratado na sua aplicação a esse Estado."³⁸. A meu ver, esta é uma definição que centra substancialmente os mais importantes elementos caracterizadores de uma reserva, tais como a sua **natureza jurídica unilateral** e os **efeitos** quanto ao tratado sobre o qual incide.

Desta forma, a reserva a um tratado multilateral corresponde a um ato jurídico unilateral que visa modificar ou excluir certos efeitos do tratado quanto a si mesmo. Através da formulação de uma reserva um Estado não pode atribuir direitos ou impor deveres – portanto, nenhuma reserva pode criar uma nova disposição nem quanto ao próprio Estado que a formulou, nem quanto às restantes Partes no Tratado.

Ainda quanto à unilateralidade subjacente à existência de uma reserva, esta contrapõe-se fortemente à natureza jurídica de um tratado bilateral ou multilateral – ou seja, enquanto um tratado se centra numa convergência de vontades, a reserva visa precisamente o oposto, pois representa "um desencontro de vontades entre o Estado que a formula e os demais Estados contratantes"³⁹. Deste modo, as reservas são figuras próprias dos tratados multilaterais.

Enquanto o tratado pretende regular e encontrar soluções para certo aspeto do panorama internacional, a reserva pretende conservar esse mesmo aspeto, mas de forma que não sejam afetadas as suas relações bilaterais com os demais Estados Parte nesse tratado. No fundo, a figura das reservas é especialmente útil para aqueles Estados que, no momento de negociação do tratado, ficaram em minoria na votação final quanto à adoção de certa cláusula que não pretendem aceitar⁴⁰.

³⁸ Cf. art. 2.º, n.º 1, al. d) CVDI. Note-se que esta é a mesma definição presente no artigo 2.º, número 1, al. d) da Convenção de Viena sobre a Sucessão e Estados Quanto a Tratados de 23 de agosto de 1978, embora tenha alterações quanto ao momento da sua formulação.

³⁹ Cf. ROCHA, Armando – *Op. Cit.*, p. 60.

⁴⁰ Cf. PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto de; *Manual de Direito Internacional Público*, p. 231.

Naturalmente, outra consequência da sua unilateralidade resulta no facto de que um Estado não pode excluir ou modificar efeitos do tratado para as outras partes contratantes, apenas pode alterar certos efeitos do tratado quanto a si mesmo. No entanto, essa alteração não pode ser baseada na criação de uma nova disposição, o Estado pode apenas excluir ou modificar os seus próprios deveres previstos no tratado em causa. Assim, tal como resulta do art. 21.º, n.º 2 CVDT, a reserva não modifica as disposições do tratado quanto às outras Partes, nas suas relações *inter se*.

Apesar deste dissenso quanto ao tratado, este ato jurídico unilateral que é a reserva não tem autonomia jurídica, uma vez que integra o procedimento de conclusão do tratado (tal como *supra* mencionado, na fase de assinatura, ratificação, aceitação ou aprovação). Esta **dependência da reserva quanto ao tratado** é justificável pelo facto dos seus efeitos jurídicos incidirem exclusivamente face o tratado, sem qualquer suscetibilidade de criar uma nova disposição para o mesmo ou uma regra diferente para o Estado que a formulou. Visa unicamente excluir ou modificar algo que já está presente no texto do tratado. Por este motivo, alguns autores qualificam as reservas como "atos criadores de direito de conteúdo negativo"⁴¹ do tratado.

Outra característica das reservas é que estas constituem um **"elemento de particularismo"**⁴² por parte Estado que a formula, *i.e.*, é uma figura que permite ao Estado precisar a medida exata da sua participação no tratado. Por este motivo, é fortemente argumentado na doutrina que as reservas existem apenas em tratados multilaterais, uma vez que uma disposição do género num tratado bilateral, se aceite, configuraria uma modificação do texto do tratado⁴³.

É importante mencionar que a reserva não faz parte do tratado, uma vez que não pertence ao texto deste – por este motivo, as reservas são vistas, por alguns autores, como uma condição de cumprimento do tratado formulada por certos Estados e incidente em cláusulas específicas. Assim, a reserva no regime da CVDT surge como uma conjuntura que o Estado idealiza enquanto parte no tratado, através da qual visa afastar efeitos de certas cláusulas com as quais discorda⁴⁴. No entanto, o facto de a reserva não integrar o

⁴¹ Cf. BISHOP - *Op. Cit.*, pp. 255 s.s.; *Cit.* por PIRES, Maria José Morais - *As Reservas à Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, p. 80.

⁴² Cf. PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto de; - *Op. Cit.*, p. 231.

⁴³ Voltarei a debruçar-me sobre este aspeto aquando do ponto 4.3. "Figuras Afins" do presente relatório.

⁴⁴ MAZZUOLI. Valerio de Oliveira – *Op. Cit.*, pp. 170-171.

tratado *per se*, não significa que esta tem autonomia jurídica perante o tratado; pelo contrário, só existe uma reserva se existir um tratado. O objeto da reserva é o tratado e os seus efeitos dirigem-se exclusivamente sobre este.

Como *supra* mencionado, o efeito de uma reserva visa excluir ou modificar certa cláusula de um tratado na sua totalidade ou parte dela. A este respeito, Correia Baptista faz uma distinção importante: esta exclusão ou modificação não corresponde a uma revogação do tratado, mas sim a uma verdadeira **derrogação** da disposição que tem por objeto⁴⁵. A revogação implica uma verdadeira eliminação da cláusula em questão no ordenamento jurídico. Por outro lado, no caso da reserva estamos perante uma derrogação uma vez que a cláusula que é objeto de reserva é meramente afastada quanto ao Estado que a formulou, mas continua a ser aplicada quanto aos restantes Estados Parte, o que significa que não é eliminada do ordenamento jurídico⁴⁶.

Por fim, a reserva configura um ato jurídico **receptício**⁴⁷, uma vez que apenas produz efeitos jurídicos se os demais Estados contratantes forem notificados da mesma, tal como está previsto no art. 23.º, n.º 1 CVDT.

4.2. Modalidades

Como vimos, com a formulação de uma reserva o Estado ou visa excluir a totalidade de certa cláusula do tratado (**cláusula de exclusão**), ou modificar/ não se vincular a apenas algumas cláusulas do tratado (**cláusula de redução**). Nesta medida, Armando Rocha acrescenta que estamos aqui perante duas modalidades diferentes de reservas – na primeira afasta-se a produção de um efeito jurídico e na segunda altera-se (embora unilateralmente) a sua confirmação.⁴⁸

Ademais, consoante o seu objetivo podem ser distinguidos três tipos de reservas: se o fim da reserva é a modificação dos efeitos temporais de uma obrigação do tratado, é referida como reserva ***ratione temporis***, se está relacionada com a aplicação territorial do

⁴⁵ Cf. BAPTISTA, Eduardo Correia – *Direito Internacional Público*, p. 196.

⁴⁶ Quanto à diferença entre Revogação e Derrogação, Ver *Ibidem*, p. 70.

⁴⁷ Cf. ROCHA, Armando. *Op. Cit.*, p. 59.

⁴⁸ Cf. ROCHA, Armando – *Op. Cit.*, p. 61; Para ROCHA este é o sentido da alínea d) do n.º 1 do art. 2.º, quando a CVDT se refere a “excluir ou modificar o efeito jurídico de certas disposições do tratado”.

tratado, trata-se de uma reserva *ratione loci*; por fim, se incide sobre a substância do tratado, estamos perante reservas *ratione materiae*⁴⁹.

Também existem outros tipos específicos de reservas, tais como as “reservas negociadas”⁵⁰ que se referem a cláusulas nos tratados que explicitamente podem ser objeto de reservas, mas somente pelos Estados nelas especificados. Por exemplo, na versão original da **Convenção do Conselho da Europa sobre a Televisão Transfronteiras** de 1989, o artigo 32.º estabelecia que “(...) o Reino Unido declara que reserva o direito de não cumprir com a obrigação estabelecida pelo art. 15.º (...)”⁵¹. Este tipo de reservas deve ter como fundamento uma razão concreta ligada a certa particularidade do país, no qual se restringe a sua aplicação.

Outra categoria de reservas é a das **reservas temporárias**. Estas são permitidas por cláusulas que impõem limites aos efeitos das reservas no tempo. Um exemplo de reservas temporárias é o presente no art. 17.º da **Convenção do Conselho da Europa sobre a Responsabilidade Civil por Danos causados por Veículos Automóveis**: “A Bélgica (...) declara que reserva o direito de excluir do escopo da Convenção o requisito de danos materiais aos veículos, por um período de três anos a partir da data de entrada em vigor da Convenção (...)”⁵². Portanto, a Bélgica pode, por três anos, beneficiar da reserva formulada (que conforma uma cláusula de exclusão, tal como analisado supra). Este tipo de reservas distingue-se das reservas *ratione temporis* uma vez que estas últimas limitam a própria obrigação contratual no tempo estabelecida por um tratado⁵³.

Por fim, coloca-se a questão de saber se é possível formular reservas que alarguem o âmbito de aplicação de certa cláusula do tratado (as chamadas **reservas extensivas ou positivas**⁵⁴). Parte da doutrina internacional aceita esta figura e utiliza o argumento de que a expressão “modificar”, na sua interpretação literal, inclui não só reduzir como também ampliar. Esta é uma questão controversa uma vez que através do alargamento de

⁴⁹ DÖRR, Oliver; SCHMALENBACH, Kristen – *Op. Cit.*, p. 253.

⁵⁰ A expressão original em inglês é: “*negotiated reservations*”.

⁵¹ “(...) *the United Kingdom may declare that it reserves the right not to fulfil the obligation set out in article 15(...)*” Cf. *Ibidem*.

⁵² “*Belgium may (...) declare that it reserves the right to exclude from the scope of the Convention material damage for vehicles, for a period of three years from the date of the entry into force of the Convention (...)*” Cf. *Ibidem*, p. 274.

⁵³ Por exemplo, certo tratado dispõe que os Estados têm o prazo de 2 anos para adotar certa medida, mas o Estado formula uma reserva em que estende esse prazo para 3 anos.

⁵⁴ BAPTISTA, Eduardo Correia – *Op. Cit.*, pp. 191.

disposições, pode estar em causa, na realidade, a criação de disposições com um regime mais favorável do que está presente na Convenção em causa. Como Correia Baptista nota, “perante uma declaração que crie uma nova disposição que pouco tem a ver com aquela que visa “alargar”, um Estado que não objetou à alegada reserva pode mais tarde recusar-se sempre a respeitá-la.”⁵⁵. Neste caso, estamos perante uma declaração e, por isso, o silêncio não vale como aceitação⁵⁶. Como sabemos, a reserva é dependente do tratado, pelo que se a disposição não está intrinsecamente ligada ao mesmo, suscita algumas dúvidas. Assim, se há dúvida quanto ao facto de tal disposição corresponder a uma reserva ou não, a melhor solução é negar-lhe tal natureza e considerar as reservas extensivas incompatíveis com o regime da CVDI. Esta categoria de reservas vai ao encontro da caracterização das mesmas como “atos criadores de direito de conteúdo negativo” - ou seja, pelas suas próprias características, a reserva é tida como um instituto que visa excluir ou alterar uma cláusula pela negativa. Porém, mesmo no caso de se concluir que se trata efetivamente de uma reserva, o seu efeito jurídico deve ser “muito reduzido e nunca sobre aspetos politicamente importantes ou controversos.”⁵⁷.

4.3. Figuras Afins

Como resulta da definição de reserva contida no art. 2.º, n.º 1, al. d) CVDI, é irrelevante a qualificação que o Estado confere a uma declaração unilateral, sendo que, de forma a perceber se estamos perante uma reserva ou não, devemos sempre atender às características e efeitos que a mesma visa alcançar. Deste modo, estamos perante o **princípio da prevalência da materialidade subjacente**, sendo que o que prevalece é a finalidade que o Estado pretende alcançar com a declaração, e não o modo como esta é exteriorizada. Assim, se o Estado emite uma declaração meramente política intitulada de "reserva", isso não significa que estejamos perante uma reserva. Devemos sempre olhar para o fim da declaração e não para a sua denominação. Caso contrário, bastaria que os Estados denominassem as suas declarações como "reserva" para que o regime dos arts. 19.º a 23.º da CVDI fosse aplicado⁵⁸. Isto seria verdadeiramente problemático, uma vez que constituiria uma grande margem de discricionariedade conferida aos Estados quanto à aplicação do regime das reservas e objeções.

⁵⁵ *Ibidem*, pp. 191-192.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ *Ibidem*, p.192.

⁵⁸ Cf. ROCHA, Armando. *Op. Cit.*, p. 63.

Assim, neste capítulo irei analisar as seguintes figuras com características semelhantes às das reservas, mas que não devem ser confundidas com estas: declarações interpretativas, declarações políticas ou declarações motivadas por outras questões legais, disposições transitórias, cláusulas de salvaguarda, cláusulas de exclusão e, por fim, declarações relativas a tratados bilaterais.

4.3.1. Declarações Interpretativas

Embora a CVDT nada disponha sobre esta figura, de acordo com a definição presente no Guia da CDI, uma declaração interpretativa traduz-se numa declaração unilateral formulada pelo Estado no momento da sua vinculação internacional a um tratado multilateral, na qual este visa clarificar o sentido de certa cláusula do mesmo⁵⁹, seja qual for a sua denominação. Porém, o mesmo Guia indica que a designação atribuída pelo Estado à sua declaração unilateral constitui um fator a considerar na determinação da natureza da figura⁶⁰. Face à sua natureza, as declarações interpretativas são admissíveis mesmo em tratados bilaterais e em tratados multilaterais que proíbem expressamente a existência de reservas.

Um exemplo simples de uma declaração interpretativa é a que a Índia formulou enquanto Estado Parte no **Acordo de Paris** de 2015, no momento da sua ratificação, a 2 de outubro de 2016: “O Governo da Índia declara entender que (...) tendo em vista a sua agenda de desenvolvimento, particularmente a erradicação da pobreza e a provisão de necessidades básicas para todos os seus cidadãos, juntamente com o seu compromisso em seguir o caminho para o progresso, e na assunção de disponibilidade desimpedida de fontes de energia e tecnologias mais limpas (...) ratifica o Acordo de Paris”⁶¹. Com esta declaração

⁵⁹ Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties*, Report of the Sixty-Third Session (Document A/66/10/Add.1), Cap. IV., ponto n.º 1.2., p. 2.

⁶⁰ Cf. *Ibidem Cit.* por ROCHA, Armando. *Op. Cit.*, p. 63.

⁶¹ "The Government of India declares its understanding that (...)keeping in view its development agenda, particularly the eradication of poverty and provision of basic needs for all its citizens, coupled with its commitment to following the low carbon path to progress, and on the assumption of unencumbered availability of cleaner sources of energy and technologies and financial resources around the world; and based on a fair and ambitious assessment of global commitment to combating climate change, it is ratifying the Paris Agreement". Declaração formulada no momento de ratificação do Acordo, a 2 de Outubro de 2016. Cf. *United Nations Treaty Collection, Depositary, Status of Treaties, Paris Agreement*, Disponível em: <<http://treaties.un.org> >. Consultado em maio de 2018.

interpretativa a República da Índia pretende clarificar em que sentido é que o Acordo de Paris será impactante para o país e o seu compromisso com o mesmo.

Assim, facilmente se conclui que, embora tenha fatores em comum com as reservas (tal como facto de ser uma declaração unilateral que é formulada na fase de vinculação internacional), a declaração interpretativa distingue-se quanto aos seus efeitos jurídicos: o Estado que a formula não pretende afastar ou modificar qualquer obrigação resultante do tratado. Esta declaração visa precisamente esclarecer o sentido interpretativo da cláusula sobre a qual incide, não sendo, por isso, vinculativa, *i.e.*, não é imposta aos demais Estados. Tal como Armando Rocha escreveu, " (...) a declaração interpretativa *permite* que se proceda a uma *inovação* na ordem jurídica internacional, a mesma inovação a que a reserva, pelo contrário, se opõe."⁶². Devido a esta permissão, muitas vezes as declarações interpretativas são criativas, *i.e.*, contém uma interpretação da disposição muito diferente do seu verdadeiro conteúdo⁶³. Portanto, enquanto no caso da declaração interpretativa o Estado meramente clarifica a sua vinculação ao tratado, já no caso das reservas estas funcionam como uma condição de aceitação do tratado por parte do Estado que a formulou. Por este motivo, na opinião de Bindschedler, o carácter condicional é um critério crucial para distinguir as duas figuras⁶⁴.

Outra diferença entre as duas figuras é que, enquanto a reação negativa de um Estado a uma reserva é exteriorizada através de uma "objeção", no que toca às declarações interpretativas são formuladas "oposições" (neste caso, os Estados que se opõem oferecem uma interpretação alternativa).

Entre todas as figuras que surgem no âmbito da vinculação internacional aos tratados, a distinção entre declaração interpretativa e reserva afigura-se das mais importantes. Tal deve-se ao facto de ser muito frequente, no panorama internacional, os Estados emitirem declarações interpretativas (assim as intitulam), que constituem, na realidade, reservas. Nestes casos, estamos perante "reservas encobertas"⁶⁵, sendo que para as desvendar como sendo realmente declarações interpretativas, devemos atender não só às suas características, mas também aos seus efeitos.

⁶² Cf. ROCHA, Armando. *Op. Cit.*, p. 64.

⁶³ Cf. BAPTISTA, Eduardo Correia – *Op. Cit.*, p. 192.

⁶⁴ PIRES, Maria José Morais – *Op. Cit.*, p. 81.

⁶⁵ Cf. *Ibidem*, p. 65.

Perante uma declaração interpretativa, os demais Estados podem recorrer a uma de quatro atitudes: 1) Podem manifestar a sua concordância com a interpretação tomada; 2) Podem ficar em silêncio (que, neste caso, não traduz necessariamente uma aceitação); 3) Podem optar por formular uma oposição, *i.e.*, rejeitam a interpretação e podem até apresentar uma interpretação diferente; 4) Podem rejeitar a declaração, fazendo uma “recharacterização”⁶⁶. Esta última conduta dos demais Estados carece de especial atenção, pelo que a passarei a explicar em seguida.

Como *supra* mencionei, alguns Estados utilizam a denominação de “declaração interpretativa” como um subterfúgio para poderem formular reservas fora do seu limite temporal (já que as declarações interpretativas podem ser formuladas a todo o tempo) ou até para emitirem reservas a tratados que expressamente as proíbem (nos termos do art. 19.º, *als.* a) e b) CVDI). Nos casos em que os próprios tratados proíbem a formulação de reservas, é crucial olhar para estas diferenças, uma vez que as declarações interpretativas são sempre permitidas. Assim, bastaria ao Estado Parte no tratado denominar a sua reserva como sendo uma “declaração interpretativa” que poder-se-ia contornar a proibição presente no tratado. Nestes casos, à luz do princípio de aproveitamento do ato, a declaração unilateral será tratada como uma reserva, limitando-se o seu efeito jurídico. Se assim não fosse, estaríamos perante um ato de fraude ao tratado. Enfim, se a declaração unilateral que é denominada por “declaração interpretativa” visa afastar ou modificar o efeito jurídico de uma cláusula do tratado, estamos perante uma reserva encoberta ou uma “reserva dissimulada”, como alguma prática internacional a denomina.

Este último termo (“reserva dissimulada”) suscita, no entanto, alguma confusão concetual e afigura-se particularmente desajustado, uma vez que a expressão dá a ideia - errada - de que a estamos perante uma reserva fingida ou disfarçada de declaração. Na realidade, estamos precisamente perante a situação contrária (ou seja, uma declaração disfarçada de reserva), uma vez que tal disfarce cobre o que materialmente constitui uma declaração. Assim, considero que seja mais prudente referir-me a estas como “declarações dissimuladas” ou “reservas encobertas”⁶⁷. Nesta medida, uma vez mais, temos de observar

⁶⁶ SALIBA, Aziz Tuffi – *Direito dos Tratados - Comentários à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969)*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011. Secção 2, p. 116; É de notar que o autor refere-se a “reclassificação”, no entanto utilizarei a expressão “recharacterização” por ser uma tradução literal da terminologia da CDI, coincidente com a sua explicitação.

⁶⁷ Quanto a esta última expressão Cf. ROCHA, Armando. *Op. Cit.*, p. 65.

todas as declarações unilaterais atendendo ao **princípio da substância sobre a forma**⁶⁸, o que impõe a averiguação dos efeitos que a declaração tem sobre a cláusula do tratado internacional independentemente da sua denominação. Por este motivo, se a denominada "declaração interpretativa" tem natureza de reserva, esta perde o seu caráter *interpretativo*, e ganha caráter "*reservativo*"⁶⁹, pelo que deve ser aplicado o regime dos arts. 19.º a 23.º da CVDI, o que inclui os seus limites formais, materiais e temporais.

Um caso marcante que impulsionou a discussão desta temática foi o Caso Belilos v. Suíça de 1988. Neste caso, o TEDH analisou uma declaração interpretativa formulada pela Suíça no momento de ratificação à **Convenção Europeia de Direitos Humanos** de 1950, e compreendeu que o seu efeito é o de uma verdadeira reserva *stricto sensu*. Essa disposição, que constituía uma reserva, era violadora do art. 57.º da Convenção que previa a possibilidade de reservas apenas se a lei interna do Estado for contrária à disposição. Por esse motivo, o ato reservativo em causa foi declarado nulo pelo Tribunal. Este foi um caso muito paradigmático que chamou a atenção para a possibilidade de existirem reservas encobertas pela denominação de declaração interpretativa. Tendo em conta a finalidade da Convenção em reconhecer direitos que devem ser sempre respeitados e protegidos, o juiz De Meyer afirma que qualquer reserva (ainda que encoberta) a eventuais cláusulas que as permitam seriam sempre incompatíveis com o *ius cogens* e, consequentemente, nulas⁷⁰.

Esta questão é muito estudada no seio da CDI, sendo que nos seus vários relatórios foi especificada a necessidade "**recaracterização**"⁷¹ deste tipo de declarações interpretativas. A recaracterização consiste numa reação unilateral de um Estado ou organização internacional à declaração interpretativa, na qual trata a declaração interpretativa como uma reserva. Qualquer Estado ou organização internacional que é Parte ou pode vir a ser Parte no tratado pode, a qualquer altura, formular esta recaracterização, da mesma forma que pode aprovar ou opor-se a uma declaração interpretativa.

⁶⁸ Cf. BAPTISTA, Eduardo Correia – *Op. Cit.*, p. 192.

⁶⁹ Cf. MAZZUOLI, Valerio de Oliveira – *Op. Cit.*, p. 192.

⁷⁰ European Court of Human Rights - Belilos v. Switzerland, Application No. 10328/83, Judgement of 29 April 1988, Concurring Opinion of Judge De Meyer. Disponível em: < <http://www.thomasfleiner.ch/> > Consultado em janeiro de 2018.

⁷¹ A expressão original em inglês é: "Recharacterization", Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties*, Report of the Sixty-Third Session (Document A/66/10/Add.1), Cap. IV , ponto 2.9.3, p. 56.

É de notar que a denominação de "recharacterização" a este exercício suscita algumas dúvidas. Será que o que é feito neste exercício consiste verdadeiramente em dar uma nova caracterização à figura da declaração interpretativa? A meu ver, tal não é exatamente o caso. O que acontece verdadeiramente é que pura e simplesmente é dado à declaração unilateral o tratamento de que esta carece. Uma vez que a verdadeira natureza jurídica e efeitos deste tipo de declarações é a mesma que a de uma reserva não está a haver verdadeiramente uma recharacterização. Não é necessário alterar a declaração *per se*, o que é necessário é tratar a declaração interpretativa de acordo com as características que esta já possui. À luz princípio da substância sobre a forma, basta olhar para o ato unilateral em causa, em conjugação com os seus efeitos e características, para compreender que se trata verdadeiramente de uma reserva, independentemente da sua denominação.

Assim, como já foi mencionado, devemos passar a aplicar à reserva encoberta todo o regime das reservas da CVDI. No qual se incluem também as regras aplicáveis às objeções. Nesta medida, à partida, o Estado que faz este exercício, irá formular uma objeção à declaração interpretativa, o que é muito frequente na prática internacional entre os Estados e que será analisado no Capítulo V, no ponto 5.7 deste relatório, no seguimento da explicitação do que configuram as objeções.

4.3.2. Declarações Políticas ou Declarações motivadas por outras questões legais

As declarações políticas consistem em declarações de teor político proferidas pelos Estados durante o procedimento de vinculação internacional, mas despidas de qualquer efeito jurídico. Visam apenas expor a fundamentação política subjacente à decisão de vinculação internacional do Estado, ou comentar certa particularidade ocorrida durante a fase de negociações, pelo que são bastante frequentes no momento da assinatura ou de vinculação a um tratado. Esta figura tem, em semelhança às reservas, carácter unilateral. No entanto, distingue-se fortemente destas pois não incide sobre os efeitos do tratado em causa.

Um exemplo simples desta figura, é a declaração formulada pelo Azerbaijão, no momento da sua assinatura, a 29 de novembro de 2016, à **Convenção do Conselho da Europa sobre uma Abordagem Integrada da Segurança, da Proteção e dos Serviços por Ocasão dos Jogos de Futebol e outras Manifestações Desportivas** de 2016: "(...) 2. A República do Azerbaijão declara que não pode garantir a implementação das provisões da Convenção do Conselho da Europa (...) nos seus territórios ocupados pela República

da Arménia (...) até à libertação desses territórios da ocupação e eliminação completa das suas consequências.”⁷². No âmbito do estágio no MNE analisei o teor desta declaração aquando a preparação dos documentos para a reunião do COJUR, uma vez que foi uma das declarações discutidas nessa sede. Ora, esta declaração configura precisamente o reflexo de uma afirmação política em que a República do Azerbaijão delibera em que medida é que a Convenção se aplica tendo em conta a ocupação territorial por parte da República da Arménia.

Diferente é também o caso das declarações em que alguns Estados afirmam que não reconhecem certo sujeito parte num tratado – aqui estamos perante **declarações de não reconhecimento**. Nestes casos, estas declarações constituem recusas de certo Estado em estabelecer qualquer tipo de relação com certa parte da Convenção. Ainda assim, não estamos perante reservas, uma vez que estas declarações não limitam o âmbito material da Convenção, mas sim as relações bilaterais entre os Estados sobre os quais a declaração incide. Ora, se o próprio tratado em causa não proíbe que sejam formuladas estas declarações, é, à partida, de aceitar que os Estados tenham a legitimidade para precisar em que medida é que o tratado irá afetar as suas relações com outros Estados. O contrário seria restringir, de forma desrazoável, a liberdade e autonomia jurídica destes Estados enquanto sujeitos de direito internacional. Afinal de contas, à luz da sua discricionariedade, um Estado deve poder emitir declarações de forma a proteger os seus vários interesses, nomeadamente os políticos.

Pelo contrário, como nota Correia Baptista, se estamos perante uma Convenção que imponha obrigações *erga omnes*, a declaração de não reconhecimento de um Estado não produzirá qualquer efeito e o Estado continuará obrigado a respeitar todas as normas do tratado, mesmo que estas protejam ou privilegiem os restantes Estados, incluindo aquele que o Estado recusa reconhecer⁷³. Estas duas figuras não devem ser confundidas com

⁷² "(...) 2. The Republic of Azerbaijan declares that it is unable to guarantee the implementation of the provisions of the Council of Europe Convention on an Integrated Safety, Security and Service Approach at Football Matches and Other Sports Events in its territories occupied by the Republic of Armenia (the Nagorno-Karabakh region of the Republic of Azerbaijan and its seven districts surrounding that region), until the liberation of these territories from the occupation and the complete elimination of the consequences of that occupation. (...)". Declaração efetuada no momento da assinatura da Convenção, a 29 de Novembro de 2016. Council of Europe, Notifications, Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/conventions/notifications>>. Consultado em maio de 2018.

⁷³ Cf. BAPTISTA, Eduardo Correia – Op. Cit., p. 195.

reservas uma vez que o seu efeito não visa excluir ou modificar certas cláusulas ou efeitos da Convenção.

Desta forma, é muito importante não confundir este tipo de reservas com as meras declarações políticas de um Estado. Para tal, é crucial atentar exclusivamente sobre os efeitos legais que o Estado Parte que a formulou pretende que esta tenha sobre o tratado.

Mas, então, não existem reservas com fim político?

A realidade no panorama internacional do direito dos tratados é que muitas declarações suscitam alguma confusão, uma vez que se torna complicado delimitar qual o escopo de aplicação da declaração - muitas vezes são tão pouco claras que é complicado aferir em que medida é que irão afetar (ou não) a Convenção. Por este motivo, na prática internacional é frequente que os Estados Parte na Convenção as tratem como reservas e objetem.

Neste âmbito, várias declarações (que muitos Estados entendem que constituem reservas) são mantidas ainda que sejam desnecessárias perante o âmbito do tratado. Muitas vezes, a subsistência destas reservas encobertas demonstra que estes institutos são usados por motivos políticos desse Estado e não incidem necessariamente sobre a sua vinculação à Convenção em questão.

Um exemplo deste tipo de reservas, que têm um fim verdadeiramente político, é o da declaração (que, na realidade constitui uma reserva encoberta) da Turquia ao **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** de 2006. Na sua declaração, a Turquia manifesta que a sua ratificação ao presente Protocolo “(...) não constitui qualquer forma de reconhecimento da administração cipriota-grega de representar a defunta ‘República do Chipre’ como parte neste Protocolo, nem implicar qualquer obrigação por parte da Turquia de iniciar qualquer negociação com a chamada República do Chipre (...)”⁷⁴.

⁷⁴ “(...) neither amounts to any form of recognition of the Greek Cypriot Administration's pretention to represent the defunct 'Republic of Cyprus' as a party to that Protocol, nor should it imply any obligation on the part of Turkey to enter into any dealing with the so-called Republic of Cyprus(...)” Declaração efetuada a 11 de fevereiro de 2016. *United Nations Treaty Collections, Depositary, Status of Treaties, Optional Protocol to the Convention on the Rights of Persons with Disabilities*. Disponível em: <<https://treaties.un.org/>> . Consultado em maio de 2018.

O Protocolo em análise reconhece o direito de apresentação de queixas individuais à Comissão sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência relativamente a Estados sobre a jurisdição em que se encontram e é conexo com a Convenção sobre a qual incide que tem o fim de promover, proteger e garantir o igual gozo de direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas portadoras de deficiências (art. 1.º do Protocolo e art. 1.º da Convenção) da mesma forma entre todos os Estados Parte. Apesar de ser intitulada como "declaração", alguns Estados Parte⁷⁵, descodificaram esta declaração como sendo uma reserva uma vez que condiciona e modifica os direitos e obrigações estipulados pela Convenção por motivos da sua relação política e histórica com o Chipre. Ora, esta reserva foi motivada por fins políticos e, por ser demasiado vaga dificilmente se compreende de que forma é suscetível (ou não) de afetar o fim do tratado. Assim, considero que estamos perante uma reserva encoberta de teor político. É de notar que este tipo de declarações da Turquia em que se refere ao Chipre como uma "entidade defunta" são muito frequentes na sua prática de vinculação aos tratados e são problemáticas pelo seu teor.

Ainda assim, há reservas não encobertas que, embora à primeira vista não pareça, são mantidas por motivos políticos. No âmbito da **Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher** de 1979, discute-se que muitos Estados formularam reservas que têm um verdadeiro teor político ou religioso, mesmo quando a Convenção incide puramente sobre os direitos e eliminação da discriminação contra as mulheres. Como nota M. Keller, se há reservas a Convenções de tanta importância que ainda são mantidas por motivos políticos, tal significa que “ainda há uma mensagem a enviar às mulheres (daqueles países) de que os seus direitos estão sujeitos a uma degradação simbólica para ganho político”⁷⁶ e, para além disso, o facto de os Estados continuarem a manter essas reservas pode ter a "finalidade de marcar vários pontos políticos com a minoria muçulmana no seu Estado"⁷⁷. Assim, julgo que estas reservas são exemplos de que certos Estados se vinculam aos Tratados, por um lado, sem

⁷⁵ Outros Estados que consideraram esta dedaração como sendo uma reserva, foram: o Chipre e a Grécia. Já o Estado Português notou que se trata de uma declaração que pode consubstanciar uma reserva e emitiu uma Comunicação em que se opõe à mesma. *United Nations Treaty Collections, Depositary, Status of Treaties, Optional Protocol to the Convention on the Rights of Persons with Disabilities*. Disponível em: <<https://treaties.un.org/>>. Consultado em maio de 2018.

⁷⁶ KELLER, Linda M. - *The Impact of State Parties Reservations to the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*, p. 326.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 325.

intenção de verdadeiramente os cumprirem e, por outro, demonstram a prevalência das suas crenças políticas e religiosas sobre o fim do próprio Tratado.

Em suma, as reservas (encobertas ou não) motivadas por fins políticos existem, embora não sejam tão fáceis de detetar. Estas são, muitas vezes, utilizadas pelos Estados com o fim de fazerem afirmações políticas que vão para além do escopo da Convenção sobre qual incidem. Ainda assim, é de lhes aplicar o regime das reservas contido na CVDT, atender ao seu teor e impacto sobre o tratado como um todo, de forma a que os restantes Estados analisem se pretendem aceitar ou objetar a tal reserva.

4.3.3. Outras Figuras Afins

A reserva não deve ser confundida com muitas outras figuras, que se demarcam não só pelos seus efeitos, mas também pela sua utilidade.

A reserva distingue-se da **modificação do tratado**, uma vez que esta última constitui um novo acordo entre todas as partes contratantes no tratado, pelo qual estas modificam as suas cláusulas. Trata-se de uma inovação e criação de um diferente clausulado na ordem jurídica internacional. Distingue-se também da **retificação do texto** do tratado, visto que esta visa exclusivamente a correção de erros constantes do clausulado do tratado, não havendo qualquer inovação na ordem jurídica.

Cumprir também distinguir a reserva das **disposições transitórias**, pois estas fazem parte do próprio tratado e constituem critérios que visam solucionar problemas da lei no tempo.

Há ainda que diferenciar as reservas daquelas disposições do tratado que permitem aos Estados contratantes a suspensão temporária ou definitiva da aplicação de obrigações constantes do tratado⁷⁸ - as **cláusulas de salvaguarda**. Estas distinguem-se das reservas uma vez que exigem o acordo de todas as partes no tratado e permitem que um Estado se vincule a certa obrigação jurídica e, posteriormente, se isente de a cumprir.⁷⁹

É igualmente complicado distinguir as reservas das cláusulas de exclusão (mais conhecidas por “**cláusulas de *opting out***”) consagradas no âmbito da União Europeia. Nestes casos estamos perante disposições que fazem parte do próprio tratado, acordadas

⁷⁸ Cf. PIRES, Maria José Morais – *Op. Cit.*, p. 38.

⁷⁹ Cf. ROCHA, Armando – *Op. Cit.*, pp. 65-66.

pelas partes, nas quais se estabelece que um Estado pode eximir-se à vinculação a certa disposição. O seu objetivo é próximo da reserva, mas distingue-se precisamente por estas cláusulas estarem inseridas no próprio corpo do tratado.

Finalmente, as **declarações relativas a tratados bilaterais** são, de certa forma, semelhantes às reservas. Estas são declarações unilaterais que visam restringir os efeitos de disposições em tratados entre apenas duas partes. Apesar de não haver uma disposição concreta na CVDT que indique que as reservas são figuras próprias dos tratados multilaterais⁸⁰, face às suas características, dificilmente se aplicaria o regime das reservas a tratados bilaterais. Como vimos, a maior razão de ser das reservas prende-se com a necessidade de flexibilizar a Convenção para que o maior número de Estados possível se vincule à mesma. No caso dos tratados bilaterais simples, as duas partes podem facilmente, após a fase de negociação, reabrir formalmente as negociações e vincular-se ao tratado com uma ou mais declarações restritivas que visam alterar o tratado de forma que este entre em vigor com estas limitações e em conformidade com o que as partes desejam. Assim, enquanto num tratado multilateral a reserva simboliza uma derrogação de uma cláusula, no caso dos tratados bilaterais estamos perante uma revogação, uma vez que facilmente se alcança uma alteração da disposição com vista a atingir o compromisso desejado entre as duas partes⁸¹. Deste modo, nos tratados entre apenas dois Estados não seria coerente, nem tão pouco prático, recorrer ao mecanismo das aceitações e objeções típicas de uma reserva.

4.4. Limites à formulação de reservas

O art. 19.º CVDT estabelece o princípio geral da livre formulação de reservas – como vimos, este é um princípio completamente oposto ao tradicional regime da unanimidade já analisado pois visa uma maior facilidade na formulação de reservas pelos Estados e, derradeiramente, a universalidade dos tratados.

No entanto, esta não é uma liberdade absoluta ou ilimitada, pelo contrário, tem limites temporais, formais e materiais que advêm do regime da CVDT ou do próprio clausulado do tratado. Os limites à formulação de reservas atendem à necessidade de respeitar a integridade do tratado, *i.e.*, a sua razão de ser. A integridade do tratado deve ser vista, neste prisma, como valor superior à universalidade do mesmo.

⁸⁰ Até porque a Secção 2 da CVDT foi denominada apenas de “Reservas”, não clarificando a eventual possibilidade de existirem reservas em tratados bilaterais.

⁸¹ BAPTISTA, Eduardo Correia – *Op. Cit.*, pp. 195 –197.

Neste sentido, é importante mencionar que os Estados têm direito a **formular** e não a *façer* reservas. A escolha da palavra "formulação" para designar a feitura de reservas não foi um mero acaso. Esta foi cuidadosamente selecionada uma vez que representa a ideia de que, apesar de o Estado ter o poder de anexar a reserva no momento da sua vinculação ao tratado, essa reserva é apenas "formulada", não é "feita" - a formulação da reserva não é suficiente para esta produzir efeitos. A reserva é apenas estabelecida se as condições e limites mencionados acima forem respeitados.

4.4.1. Limites Materiais

As limitações materiais à formulação de reservas incidem sobre o próprio **conteúdo** da reserva, estão presentes nas alíneas do art. 19.º CVDT e aludem às condições de validade das mesmas⁸². Assim, o mesmo artigo, nas suas alíneas a), b) e c), estabelece três condições para a reserva ser materialmente válida. É de notar que a questão da validade das reservas centra-se no âmbito contratual do tratado e não na natureza unilateral das mesmas.

A) Reservas proibidas pelo tratado (al. a) do art. 19.º)

À partida, quando uma reserva é formulada e não é proibida pelo tratado, os Estados têm o ónus de aceitar ou rejeitar a reserva. Todavia, a al. a) do art. 19.º CVDT incide sobre um limite expresso, respetivamente quando o próprio texto do tratado proíbe em absoluto a formulação de reservas, ou pelo menos, a formulação de algumas reservas. A razão de fundo desta proibição é o que os Estados, no momento em que elaboraram tal cláusula proibitiva, já expressaram a sua rejeição a essa reserva no corpo do próprio tratado⁸³. É de notar que esta proibição não tem necessariamente de constar do texto

⁸² É de notar que a expressão "validade" foi escolhida por ser sensivelmente neutra e porque permite englobar a questão da oponibilidade da reserva, que está estreitamente relacionada com as objeções às reservas. A discussão acerca da terminologia a utilizar foi abordada pela CDI em 2002, sendo que se exduiu o termo "permissibilidade" (por se considerar que dá a entender que estamos perante um problema de permissibilidade e não de oponibilidade) e "admissibilidade" (uma vez que está relacionada com a responsabilidade do Estado ou organização internacional que formula a reserva, o que não é o objetivo do artigo 19.º CVDT). Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas— *Validity of Reservations, Reservations to treaties [Agenda Item 6] - Tenth report on reservations to treaties*, by Alain Pellet (Document A/CN.4/558 and Add. 1-2), 1, 14 and 30 June 2005 by Alain Pellet, pp. 147-148, par. 2-8.

⁸³ Cf. *Ibidem*, p.150, par. 23.

principal do tratado, sendo que pode ser retirada de estipulações verbais ou anexas ao tratado, ou até resultar de um tratado anterior⁸⁴ (no caso de estarmos perante um tratado acessório ou protocolo adicional a um tratado principal).

Naturalmente, a grande maioria das proibições expressas são bem claras de detetar. Por exemplo, do art. 120.º do **Estatuto de Roma do TPI** ("Não são admitidas reservas a este Estatuto.") resulta expressamente a proibição de qualquer reserva, não deixando qualquer margem para dúvidas.

No âmbito desta proibição, não podemos partir de um argumento *a contrario*, *i.e.*, de que são permitidas as reservas que não são proibidas. Esta lógica não pode ser aceite uma vez que dificilmente se afere se a maioria dos Estados parte autorizou previamente a possibilidade de se efetuarem reservas ao que não foi expressamente proibido e também porque os Estados devem ter sempre em atenção os restantes limites à formulação de reservas.

Há também situações em que um tratado não proíbe reservas a cláusulas específicas do tratado, mas exclui certas categorias de reservas. É o que se verifica, por exemplo, no caso do n.º 3 do art. 78.º do **Acordo Internacional sobre o Açúcar** de 1977, "Qualquer Estado pode (...) formular reservas que não afetem o funcionamento económico deste tratado". Ora, o que é exatamente o funcionamento económico do tratado? Nestes casos afigura-se mais complicado perceber se a reserva é ou não permitida, uma vez que essas "categorias" podem aludir a conceitos subjetivos difíceis de entender e que são suscetíveis de serem interpretados de forma diferente pelos Estados parte no tratado. Outra questão que se coloca é: mas será que esta reserva se insere verdadeiramente no âmbito da al. a) do art. 19.º da CVDT? Ainda assim, não há como negar que deste artigo retiramos que é proibida a reserva à categoria em questão⁸⁵.

Para garantir uma maior clareza e certeza legal é preferível limitar o escopo desta alínea para proibições expressas apenas. Nem o consentimento de todas as Partes no Tratado é passível de autorizar a formulação de reservas expressamente proibidas – isso significaria uma revogação de aquilo que foi acordado nas negociações e alterar a sua vontade anterior.

⁸⁴ ROCHA. Armando – *Op. Cit.*, p. 67.

⁸⁵ Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas– *Validity of Reservations, Reservations to treaties [Agenda Item 6] - Tenth report on reservations to treaties*, by Alain Pellet (Document A/CN.4/558 and Add. 1-2), 1, 14 and 30 June 2005, p. 153, par. 30.

Este tipo de proibição não é tão frequente e, a meu ver, por bons motivos. Embora a formulação de reservas comprometa a integralidade do tratado, a sua proibição tem também uma maior desvantagem, que é a de diminuir o número de Estados participantes na Convenção. Este é visto como um motivo que, por exemplo, afastou a vinculação de alguns Estados ao Estatuto de Roma, tal como o Estado do Paquistão expressamente declarou⁸⁶.

B) Reservas que não estão autorizadas pelo tratado (al. b) do art. 19.º)

A al. b) do art. 19.º CVDT prevê outro tipo de limites à formulação de reservas. Neste caso, o tratado não proíbe; pelo contrário, permite expressamente a formulação de determinadas reservas. Assim, o tratado estipula que apenas são permitidas algumas reservas especificamente previstas na Convenção em causa, sendo que todas as demais reservas são proibidas. Podemos dizer que, neste caso, estamos perante uma proibição indireta ou implícita. Ora, assim, tem de resultar do texto do tratado que as reservas apontadas como admissíveis são precisamente as únicas permitidas para compreendermos que as restantes são proibidas.

Deste modo, há certos tratados que contêm cláusulas que indiquem a possibilidade de formulação de reservas a disposições específicas. Um exemplo é o art. 42.º da **Convenção sobre o Cibercrime** de 2001, que elenca que “Qualquer Estado pode (...) fazer uso da (s) reserva(s) previstas nos arts. 4.º, n.º 2, 6.º, n.º 3, 9.º, n.º 4, 10.º, n.º 3, 11.º, n.º 3, 14.º, n.º 3, 22.º, n.º 2, 29.º, n.º 4, e 41.º, n.º 1. Nenhuma outra reserva poderá ser formulada.”. Ora, este exemplo ilustra precisamente porque é que este limite representa uma permissão da formulação de reservas especificadas e uma proibição indireta de qualquer outra reserva.

A mesma alínea do art. 19.º permite também reservas a categorias especificamente elencadas como autorizadas. Um exemplo desta permissão está presente no art. 39.º do **General Act of Arbitration** (*Pacific Settlement of International Disputes*) de 1928 que permite reservas na medida em que estas se insiram no escopo da enumeração exaustiva desse artigo: “(...) as reservas podem ser tais (...): a) Litígios decorrentes de factos anteriores à adesão (...); b) Controvérsias relativas a questões que, de acordo com o direito internacional, são da competência interna dos Estados; c) Controvérsias sobre casos

⁸⁶ SALIBA. Aziz Tuffi – *Op. Cit.*, p. 110.

particulares ou assuntos claramente especificados, tais como o *status* territorial ou disputas dentro de categorias claramente definidas.”⁸⁷ Desta forma conclui-se que a al. b) do art. 19.º também está intimamente ligada à interpretação dos tratados. No âmbito desta interpretação também seria possível que se proibissem certos tipos de reservas em função da sua formulação, como por exemplo, proibir a existência de reservas demasiado vagas, genéricas ou que apenas remetam para o direito interno do Estado (como é, aliás, o caso do art. 57.º, n.º 1, da **Convenção Europeia dos Direitos do Homem** que proíbe reservas que tenham um carácter geral⁸⁸).

Nestes termos, é imperativo, então, que resulte expressamente do texto do tratado que as reservas elencadas são as únicas que são admissíveis. Ademais, no caso de uma reserva ser autorizada expressamente por um tratado, não se exige a aceitação posterior dos outros Estados Contratantes, a menos que o tratado assim o preveja (art. 20.º, n.º 1 CVDT).

C) Reservas incompatíveis com o objeto e o fim do tratado (al. c) do art. 19.º)

A al. c) do art. 19.º apresenta um limite que se impõe no caso de se verificar uma incongruência entre a reserva formulada e o objeto e fim do tratado. Nesta medida, as reservas que são compatíveis com o objeto e fim do tratado (e que não desrespeitam os restantes limites à formulação de tratados) são autorizadas.

Este é um preceito de aplicação subsidiária que atua somente quando as alíneas anteriores não forem aplicadas (tal como o artigo dispõe: “Nos casos não previstos nas als. a) e b) (...)”). Ademais, pode-se considerar que, quando uma norma do tratado permite especificamente a formulação de certa reserva (por exemplo, nos termos da alínea b)), essa disposição constitui uma lei especial face à disposição da al. c), sendo que, por isso, não é necessário averiguar a sua conformidade com o objeto e o fim do tratado⁸⁹. Portanto, só os tratados sem as cláusulas referidas nos pontos anteriores são suscetíveis de serem

⁸⁷ “(...) *reservations may be such to exclude from the procedure described in the present Act: a) Disputes arising out of facts prior to the accession (...); b) Disputes concerning questions which by international law are solely within the domestic jurisdiction of States; c) Disputes concerning particular cases or clearly specified subject matters, such as territorial status or disputes falling within clearly defined categories.*” Cf. DÖRR, Oliver; SCHMALENBACH, Kristen – *Vienna Convention on the Law of Treaties: a commentary*, p. 261, par. 64.

⁸⁸ Cf. BAPTISTA, Eduardo Correia – *Op. Cit.*, p. 207.

⁸⁹ Cf. ROCHA, Armando – *Op. Cit.*, p. 69.

submetidos ao teste de compatibilidade da al. c) do art. 19.º⁹⁰. Assim, em suma, a alínea em causa aplica-se nos seguintes casos: a) às reservas formuladas à disposição de um tratado que não conta com cláusulas sobre reservas; b) as formuladas a disposição não referida na cláusula que a autoriza; c) as não incluídas expressa ou implicitamente nas cláusulas que as proíbem⁹¹.

É de notar que a limitação do objeto e fim do tratado não se cinge apenas ao regime das reservas, mas é mencionado como critério limitativo e de interpretação presente em oito artigos da CVDT⁹². Especificamente no artigo em análise e no art. 18.º CVDT o objeto e o fim estão delimitados de forma negativa, ou seja, no art. 18.º impõe-se que um Estado se *abstenha* de atos que privem o objeto e fim de um tratado antes da sua entrada em vigor e no art. 19.º não se permitem reservas *incompatíveis* com o mesmo critério. Este teste de compatibilidade entre o objeto e o fim de uma reserva deve ser analisado à luz da necessidade de proteger o tratado de reservas que possam ser contraditórias ou impertinentes perante o propósito inerente às suas disposições. A incoerência de uma reserva com o coração do tratado não é legítima e, por isso, é indesejável. Cada reserva que é feita a um tratado tem o potencial de torná-lo incoerente – precisamente por isso é essencial o teste da compatibilidade da mesma com o seu objeto e fim de forma a salvaguardar o tratado⁹³.

⁹⁰ THOMUSCHAT, Christian – *Admissibility and Legal Effects of Reservations to Multilateral Treaties – Comments on Arts. 16 and 17 of the ILC's 1966 Draft Articles on the Law of Treaties*, p. 473.

⁹¹ MAZZUOLI. Valeiro de Oliveira – *Op. Cit.*, p. 179.

⁹² Designadamente nos artigos 18.º (obrigação de não privar um tratado do seu objeto e do seu fim antes da sua entrada em vigor); 19.º alínea c) (formulação de reservas); 20.º, número 2 (aceitação e objeções a reservas em tratados com um número restrito de Estados); 31.º (meios complementares de interpretação); 33.º (interpretação dos tratados autenticados em duas ou mais línguas); 41.º (acordos para modificar tratados multilaterais somente em relação a algumas das Partes); 58.º, número 1 (suspensão da aplicação de um tratado multilaterais, por acordo estabelecido apenas entre certas partes) e 60.º (cessação da vigência de um tratado ou suspensão da sua aplicação pela conclusão como consequência da sua violação).

⁹³ A coerência é um termo técnico que foi desenvolvido por Thomas Franck ao referir-se à consistência lógica de uma norma, Cf. JONAS, David S.; SAUNDERS, Thomas N. - *The Object and Purpose of a Treaty: Three Interpretative Methods*, p. 583.

Mas, afinal, o que é o objeto e fim do tratado?

Este limite material é decorrente do direito costumeiro, sendo que a sua origem histórica partiu da criação jurisprudencial através do já mencionado Parecer do TIJ de 1951 e, como vimos, foi depois difundido para a CVDI. Até aos dias de hoje o seu alcance permanece um “enigma”⁹⁴ cuja definição é difícil de decodificar. O conceito é de tal ordem vago que se discute mesmo se este termo refere-se a um conceito unitário ou a um conceito binário que sugere duas ideias muito próximas e nem mesmo o próprio TIJ conseguiu clarificar esta questão concetual.

Uma outra fonte de auxílio para esta questão é, uma vez mais, o Guia da CDI que estabelece que uma reserva é incompatível com o objeto e fim do tratado no caso de afetar um seu elemento essencial que é alicerce da confiança no mesmo, de tal forma que a reserva comprometa a sua razão de ser. Ademais, designa ainda que o objeto e fim do tratado devem ser determinados à luz da boa-fé, assim como explicita que o próprio título do tratado e os trabalhos preparatórios do mesmo podem ser um bom indicador dos mesmos⁹⁵. No entanto, esta solução está também ligada a novos conceitos imprecisos difíceis de aferir.

Parte da doutrina internacional afirma a importância do preâmbulo e das disposições iniciais do tratado enquanto indicadores do objeto e fim do mesmo. Ademais, a doutrina internacional refere também que o teste do objeto e do fim do tratado, enquanto salvaguarda do tratado para preservar a sua coerência, está espelhado em quatro elementos⁹⁶: o texto do tratado, a opinião do TIJ, o regime da Convenção de Viena e, por fim, a prática estadual.

Como já vimos, o art. 19.º, al. c) proíbe as reservas que são incompatíveis ou incoerentes com a lógica do **texto do tratado** (o seu objeto e fim). Assim, o facto de a reserva ser *incompatível* com o texto do tratado pressupõe que não se enquadre no seio do mesmo. É imperativo que exista *coerência* entre a reserva e as características essenciais do tratado.

⁹⁴ Cf. BUFFARD, Isabelle; ZEMANEK, Karl – *Op. Cit.*, p. 311 – 343.

⁹⁵ Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties*, Report of the Sixty-Third Session (Document A/66/10/Add.1), Cap. IV., ponto 3.1.5 e 3.1.5.1, p. 18.

⁹⁶ Cf. JONAS, David S.; SAUNDERS, Thomas N. – *Op. Cit.*, p. 587.

Quanto à **opinião do TIJ**, um dos pareceres mais relevantes sobre a temática é o que foi efetuado à Convenção sobre o Genocídio em 1951, e que já aqui analisei, no qual se refere que reservas que sejam incoerentes referentes a disposições cruciais do tratado podem colocar em causa a legitimidade desse próprio instrumento.

O art. 19.º, al. c) é peculiar uma vez que, para salvaguardar a coerência do tratado, fornece-nos a base legal justificativa para várias objeções que interpretam a teleologia de um artigo de uma Convenção como sendo incoerente com o fim da mesma.

Em especial: as reservas à Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher

Por fim, no caso concreto dos tratados sobre direitos humanos (que têm uma lógica peculiar perante os tratados tradicionais), o sistema das reservas constante da CVDI não é visto como o mais adequado. Há uma Convenção muito paradigmática, já mencionada no presente relatório, que representa perfeitamente o problema em discussão: a **Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher** de 1979. Esta Convenção conta com 189 Estados Parte⁹⁷ que acordaram em tomar todas as medidas apropriadas para modificar ou abolir toda a discriminação contra as mulheres (art. 2.º). Também o art. 16.º da Convenção é claramente alusivo ao objeto e fim da mesma, uma vez se insurge a favor da igualdade de géneros no âmbito do casamento, divórcio, propriedade e trabalho. Ademais, o próprio preâmbulo da Convenção estabeleceu o fim de “ (...) pôr em prática os princípios enunciados na Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres e, com tal objectivo, a adoptar as medidas necessárias à supressão desta discriminação sob todas as suas formas e em todas as suas manifestações”.

Muitos Estados anexaram à sua vinculação algumas reservas preocupantes, de teor religioso ou de âmbito social e político, que ameaçavam a essência da Convenção. Por exemplo, a República das Maldivas formulou a seguinte reserva: “(...) a República das Maldivas reserva o seu direito de aplicar o artigo 16.º da Convenção relativo à igualdade entre os homens e as mulheres na matéria do casamento e relações familiares, desde que

⁹⁷ *United Nations Treaty Collection, Depositary, Status of Treaties, Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*. Disponível em: <<https://treaties.un.org/>>. Consultado em maio de 2018.

não prejudique a aplicação das provisões da Sharia Islâmica (...)”⁹⁸ – esta reserva *ratione materiae* afigurava-se extremamente contraditória com a obrigação a que os Estados se comprometerem de eliminar as suas leis nacionais discriminatórias para as mulheres. Tal é precisamente o caso da Sharia que, em algumas situações, justifica desumanidades como a mutilação genital feminina, a recusa do direito à educação para as mulheres, uma segregação entre os diferentes sexos e outras práticas atrozes.

De forma a garantir o progresso na medida da implementação da Convenção, foi estabelecido um Comité (*Committee on the Elimination of Discrimination against Women*, previsto no art. 17.º). Este Comité analisa as reservas formuladas e chama a atenção dos Estados-Membros para o cumprimento das suas obrigações decorrentes da Convenção. Dessarte, afirmou que as reservas aos artigos 2.º e 16.º são incompatíveis com o objeto da Convenção e, por isso, inadmissíveis⁹⁹. De facto, as reservas a estes artigos são particularmente problemáticas uma vez que não só demonstram a falta de empenho no cumprimento da Convenção por parte dos Estados que formulam as reservas, assim como também demonstra que talvez esses mesmos Estados não tenham crença na necessidade de mudar o paradigma presente.

Para além dos comentários do Comité, um grande número de Estados, incluindo a República Portuguesa, objetaram a esta reserva uma vez que esta permitia que a Sharia prevalecesse sobre as proteções concedidas às mulheres pela própria Convenção. Na perspetiva dos Estados autores da objeção, a aceitação da reserva em causa iria afetar elementos imprescindíveis do tratado. Perante este grande criticismo por parte da maioria dos Estados Parte na Convenção, a República das Maldivas acabou por modificar a sua reserva de uma forma menos intolerável¹⁰⁰.

⁹⁸ Reserva emitida a 23 de junho de 1999 “ (...) *Maldives reserves its right to apply article 16 of the Convention concerning the equality of men and women in all matters relating to marriage and family relations without prejudice to the provisions of the Islamic Sharia (...)*, Cf. *Ibidem*.

⁹⁹ Report of the Committee on the Elimination of Discrimination against Women, 18th Session. U.N.N. Doc. A/53/38/Rev. 1; GAOR, 53d Session, Supplement no. 38 (1998) Cit. por KELLER. Linda M. – *Op. Cit.*, p. 315.

¹⁰⁰ A reserva foi reformulada da seguinte forma: “(...) Maldives expresses its reservation to article 7 (a) of the Convention, to the extent that the provision contained (...) conflicts with the provision of article 34 of the Constitution of the Maldives. (...) reserves the right to apply article 16 of the Convention concerning the equality of men and women in all matters relating to marriage and family relations without prejudice to the provisions of the Islamic Sharia(...)”. *United Nations Treaty Collection, Depositary, Status of Treaties, Convention on the*

Também a República de Singapura formulou uma reserva aos dois artigos centrais da Convenção em análise que suscitou sérios problemas: “No contexto da sociedade multi-racial e multi-religiosa de Singapura (...) reserva o direito de não aplicar as provisões dos artigos 2.º e 16.º uma vez que o cumprimento destas provisões seria contrário às suas leis pessoais e religiosas.”¹⁰¹. Esta reserva não só incide sobre o objeto e o fim da Convenção, como também se afigura muito geral¹⁰², pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, a referência geral a “leis religiosas e pessoais” é demasiado vaga e suscita dúvidas sobre a aplicação da Convenção por Singapura; em segundo lugar, à luz deste tipo de reservas um Estado Parte poderia simplesmente abster-se de prosseguir com as novas obrigações impostas pelo tratado; por fim, este tipo de reservas proporcionaria ao Estado a opção de desrespeitar todo o elenco de direitos das mulheres presente no tratado.

Assim, facilmente se compreende que o critério do objeto e o fim está ligado a muitos problemas não regulados direta e explicitamente pela CVDT. Por exemplo, na CVDT não há qualquer menção sobre a validade das reservas baseadas no direito interno de cada Estado, mas graças à inclusão da al. c) do art. 19.º podemos chegar à conclusão de que estas, à partida, poderão ser válidas desde que não sejam desconformes ao objeto e fim do tratado¹⁰³.

A Convenção analisada é particularmente relevante não só porque estabelece de forma clara o seu objeto e fim, mas porque espoletou toda uma discussão por parte dos Estados acerca da importância do seu respeito. Voltarei a retomar a discussão em torno desta Convenção aquando da análise das particularidades das objeções a reservas contrárias ao objeto e fim do tratado¹⁰⁴, uma vez que estão intimamente ligadas com este tema.

Elimination of All Forms of Discrimination against Women. Disponível em: <<http://treaties.un.org>>. Consultado em maio de 2018.

¹⁰¹ “In the context of Singapore’s multi-racious and multi-religious society (...) Singapore reserves the right not to apply the provisions of articles 2 and 16 where compliance with these provisions would be contrary to thier religious or personal laws.” Cf. *Ibidem*.

¹⁰² Particularidade que é denominada por “*blanket reservation*”. Cf. KELLER. Linda M. – *Op. Cit.*, p. 315 s.s.

¹⁰³ Cf. Art. 27.º CVDT, um Estado não pode invocar disposições do seu direito interno para justificar o incumprimento das obrigações provenientes do tratado.

¹⁰⁴ Ver Capítulo V, ponto 5.4.

Limites Materiais decorrentes do Direito Costumeiro

Após a discussão dos limites materiais elencados na CVDI, resta ainda uma questão: será que uma reserva pode derogar a aplicação de uma **norma costumeira** refletida no tratado? Esta é uma questão controvertida. Por um lado, há quem afirme a possibilidade de oposição da codificação da norma costumeira por meio de reserva (mesmo que o Estado que se opõe esteja a ela vinculado) e, por outro, há quem defenda que as cláusulas relativas a normas costumeiras não podem ser objeto de reserva por Estados que se encontram por elas vinculados¹⁰⁵. Acresce que uma reserva a uma cláusula do tratado que incide sobre uma norma costumeira não afeta a natureza vinculativa dessa norma, que irá continuar a ser aplicada entre o Estado que formulou a reserva e os outros Estados Parte no tratado. Assim, o facto da disposição de certo tratado refletir uma norma de direito costumeiro internacional não constitui um obstáculo à formulação de uma reserva a essa mesma disposição a qual só teria efeito para o Estado que a formulou¹⁰⁶.

Nesta medida, cumpre também analisar as reservas no prisma do impreterível respeito das normas decorrentes do *ius cogens*. Tal como acontece relativamente aos tratados, não são igualmente admissíveis quaisquer reservas incompatíveis com estas normas¹⁰⁷. Uma reserva que pretenda excluir ou modificar o alcance de uma norma de *ius cogens* será nula. Esta é uma consequência coerente com o direito internacional público pois se uma Convenção não pode desobedecer este princípio (tal como resulta do art. 64.º CVDI que reflete a superveniência e inderrogabilidade das regras de *ius cogens* perante um tratado), naturalmente que uma reserva também não poderá¹⁰⁸. Serão também inválidas as reservas a Convenções que, embora não incidam diretamente o *ius cogens*, venham a produzir efeitos que possam ofender estas normas (ou seja, não são também permitidas reservas que ofendam indiretamente as normas de *ius cogens*). Esta solução evidencia carácter preventivo destas normas.

O Comité de Direitos Humanos, no seu *General Comment No 24*, considera que qualquer reserva que ofenda normas imperativas – tais como as de *ius cogens* – não é

¹⁰⁵ Cf. ROCHA. Armando – *Op. Cit.*, p. 72.

¹⁰⁶ Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties*, Report of the Sixty-Third Session (Document A/66/10/Add.1), Cap. IV. ponto 3.1.5.3., p. 18.

¹⁰⁷ Esta proibição foi enunciada pela primeira vez pelo TIJ no seu acórdão Plataforma Continental do Mar Norte, Cf. ROCHA. Armando – *Op. Cit.*, nota de rodapé n.º 68, p. 71.

¹⁰⁸ BAPTISTA, E. Correia – *Op. Cit.*, p. 199.

compatível com o objeto e propósito de qualquer Convenção sobre direitos humanos¹⁰⁹. No entanto, quando a Convenção não incide sobre direitos humanos, torna-se complicado usar tal argumento. Nesta medida, tal como Alain Pellet afirma “(...) um tratado pode referir-se ligeiramente a uma norma de *ius cogens* sem a última constituir o seu objeto e fim”¹¹⁰. Pellet acrescenta ainda que a aplicação do art. 53.º CVDI (Tratados incompatíveis com uma norma imperativa de direito internacional geral) não se justifica pois o objeto do artigo pressupõe uma relação contratual e, como já se viu, uma reserva é uma declaração unilateral. No entanto, tendo em conta que a reserva incide sobre tratados e modifica as relações contratuais, parte da doutrina aceita a aplicação do art. 53.º por analogia¹¹¹.

Ademais, tal como nota Correia Baptista “não será necessário que a reserva imponha um dever contrário ao *ius cogens*, basta que libere as partes de um dever imposto por este. (...) Se uma reserva vem afastar uma norma que proíbe, por exemplo, a tortura, o simples facto dessa reserva ser considerada legítima significa uma autorização para praticar um ato (...) frustrador do carácter preventivo do *ius cogens* (...)”¹¹². Assim, qualquer reserva desconforme com estas normas será nula, independentemente de ter sido aceite por todos os Estados Parte na Convenção. No mesmo sentido, o Guia da CDI, no seu ponto 3.1.5.4.¹¹³ estabelece que uma reserva não pode excluir ou modificar o efeito legal de um tratado de uma forma que seja contrária a uma norma inderrogável de direito internacional. Assim, fala-se na ausência de efeito de uma reserva a uma disposição de tratado que incida sobre as normas de *ius cogens*, na medida em que a reserva não afeta o carácter vinculativo típico destas.

Por outro lado, se a reserva for extensiva, na medida em que alarga o âmbito de aplicação e de proteção da norma de *ius cogens*, em princípio será válida¹¹⁴. O que importa é o respeito e a não destabilização das normas imperativas de direito internacional.

¹⁰⁹ BAYLIS, Elena A. – *General Comment 24: Confronting the Problem of Reservations to Human Rights Treaties*, pp. 10 s.s.

¹¹⁰ “(...) a treaty may refer marginally to a rule of *ius cogens* without the latter being its object and purpose.”. Cf. PELLET, Alain - 10TH Report, Addendum 1, para 123. Cit por DÖRR, Oliver; SCHMALENBACH, Kristen – *Op. Cit.*, p. 273.

¹¹¹ GIEGERICH. *Cit.* por DÖRR, Oliver; SCHMALENBACH, Kristen – *Op. Cit.*, p. 274.

¹¹² Cf. BAPTISTA. E. Correia – *Op. Cit.*, p. 199.

¹¹³ Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties*, Report of the Sixty-Third Session (Document A/66/10/Add.1), Cap. IV., ponto 3.1.5.4., p. 19.

¹¹⁴ Cf. BAPTISTA, E. Correia – *Op. Cit.*, p. 200.

4.4.2. Limites Formais

Todos os atos que dizem respeito ao regime da formulação de reservas obedecem a um princípio de **forma escrita** (ao abrigo do art. 23.º, primeira parte, CVDI), o que se justifica por uma questão de segurança jurídica. É essencial para a proteção confiança de todos os Estados parte na Convenção que haja clareza na formulação de reservas e que estas estejam formuladas de uma forma compreensível e acessível para todos aqueles que estão vinculados ou que futuramente pretendam estar vinculados ao tratado em questão.

Acresce ainda necessidade de todas as reservas serem **publicadas e comunicadas** a todos os Estados parte no tratado, assim como a todas as partes que possam vir a ser partes do tratado (art. 23.º, n.º 1, *in fine*, CVDI). Por este motivo, tal como advém do Direito Costumeiro e é refletido na CVDI, todas as reservas são publicadas e notificadas junto do **depositário**, caso as partes o tenham constituído, e que deve estar especificado no âmbito do tratado. O depositário tem a função de gerir os vários atos unilaterais relativos a todos os diferentes momentos do tratado multilateral e, por isso, é uma figura que deve agir imparcialmente no cumprimento das suas funções (art. 76.º CVDI).

Naturalmente que estas particularidades também advém do princípio da segurança jurídica, na medida em que se garante que todos os Estados tenham conhecimento e acesso a todas as ratificações, adesões, aceitações e aprovações acompanhadas de reservas, comunicações ou declarações interpretativas feitas por outros Estados. Consequentemente, este mecanismo facilita igualmente a aceitação ou formulação de objeções por parte dos Estados que não concordam com estas. Logicamente, também as objeções serão publicadas e comunicadas mediante depositário.

É importante mencionar que o depositário pode apenas tomar nota das reservas acerca das quais é notificado e transmiti-las aos restantes Estados contratantes, sem aferir de forma alguma sobre a validade do seu conteúdo (tal como resulta do art. 77.º CVDI). No entanto, quando perante reservas manifestamente inadmissíveis, o depositário pode invocar a atenção do autor da reserva para os pontos que considera particularmente inadmissíveis¹¹⁵.

¹¹⁵ Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties*, Report of the Sixty-Third Session (Document A/66/10/Add.1), Cap. IV., ponto 2.1.8, p. 43.

No caso de não haver depositário, as reservas devem ser comunicadas diretamente pelo seu autor, para as restantes Partes no tratado, assim como para aqueles que têm o direito de se vincularem no futuro.

Na falta de forma escrita ou de comunicação aos demais Estados parte no tratado, a reserva é ineficaz¹¹⁶. No entanto, é de notar que esta consequência advém do contexto da CVDT que é apenas aplicável às convenções que obedecem à forma escrita. Assim, surge a dúvida: e quanto aos tratados concluídos verbalmente? Ora, naturalmente que nestes casos não se exige que a reserva tenha a forma escrita¹¹⁷, sendo que o Estado fica imediatamente vinculado à mesma e tanto as objeções como as aceitações seguem a forma verbal ou escrita, se os Estados assim desejarem.

4.4.3. Limites Temporais

Como já vimos, à luz dos arts 2.º, n.º 1, al. d) e 19.º CVDT, as reservas podem ser formuladas no processo de vinculação do Estado autor da mesma, *i.e.*, na fase de assinatura, ratificação, aceitação ou adesão ao tratado. No entanto, uma vez que um Estado não fica vinculado ao tratado com a mera assinatura, deverá confirmar a reserva que já efetuou no momento da sua vinculação (art. 23.º, n.º 2 CVDT). *A contrario*, passado o momento de vinculação ao tratado, a possibilidade de realizar uma reserva é excluída. Como refere Correia Baptista, uma reserva posterior à vinculação ao tratado constituiria um desvio ao princípio *pacta sunt servanda*, na medida em que o Estado estaria a tentar modificar ou excluir uma cláusula de um tratado ao qual já se encontra vinculado¹¹⁸.

A não ser que o tratado expressamente a autorize, a consequência jurídica para uma **reserva formulada tardiamente** é a sua ineficácia. No entanto, a prática jurídica internacional demonstra que há casos excecionais¹¹⁹ em que são formuladas reservas após o

¹¹⁶ Cf. BAPTISTA, Eduardo Correia – *Ob. Cit.*, p. 210.

¹¹⁷ Cf. ROCHA, Armando. *Op. Cit.*, p. 78, nota de rodapé 113.

¹¹⁸ No entanto, "O próprio princípio Pacta Sunt Servanda, em associação com o princípio da Boa-Fé de que é um corolário, pode impor derrogações a si próprio caso as partes as convençionem. (...) se as partes assim o autorizarem, nada impede a formulação de uma reserva posterior à vinculação. E essa autorização pode constar do tratado ou ser concedida posteriormente." Cf. *Ibidem*, p. 209.

¹¹⁹ Em caso de sucessão de Estados também pode ocorrer a formulação de uma reserva após o momento de vinculação internacional. Tal não cabe no escopo do presente relatório, para mais informação ver ROCHA, Armando – *Ob. Cit.*, p. 77 e Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties*, Report of the Sixty-Third Session (Document A/66/10/Add.1), Cap. IV., ponto 5, pp. 560 s.s.

momento da vinculação (que são denominadas como “reservas tardias”). Estas, geralmente, devem obedecer a uma de duas condições: a) se no próprio tratado constar uma cláusula que permite a sua formulação; ou b) se houver consentimento dos Estados contratantes para a sua formulação (tal como estabelecido no ponto 2.3.10. do Guia). Assim, prevalece a vontade dos Estados¹²⁰, mas para tal é necessário que nenhum Estado contratante discorde ou objete a esta reserva, sob pena de violação do princípio *pacta sunt servanda*. Isto demonstra que, à luz do direito costumeiro, uma aceitação tácita por parte de todos os Estados Parte no tratado, legitima as reservas tardias. Nestes casos, a regra da unanimidade deve ser respeitada, uma vez que basta a não aceitação por parte de um Estado para que a reserva tardia seja ineficaz¹²¹. No entanto, parte da doutrina considera que esta interpretação que possibilita a formulação de reservas tardias é *contra legem*, na medida em que é contrária ao que está disposto na CVDI e poderá ser causadora de insegurança jurídica¹²².

É de notar que as reservas podem ser **retiradas** a todo o tempo (dada a lógica de *que quem pode o mais, pode o menos*), desde que por escrito. Nestes casos não é necessário o consentimento das Partes que previamente as aceitaram (art. 22.º CVDI). Ademais, é importante ter em conta que os Estados que fizeram uma ou mais reservas a uma Convenção devem, tal como recomenda o Guia da CDI no seu ponto 2.5.3., assumir um compromisso de **revisão periódica** de tais reservas e considerar a retirada de todas aquelas que já não fazem sentido para o mesmo, quer seja devido a mudanças na lei interna do Estado ou por outros motivos que se afigurem relevantes. Esta recomendação procura um equilíbrio entre a permissibilidade de formular reservas e princípio da integralidade do tratado. Naturalmente, pelos motivos *supra* expostos, exige-se também a comunicação ao depositário de todos estes atos. Aliás, como exemplo da prática de revisão periódica das reservas, Portugal retirou recentemente a sua reserva à Secção 8, al. b da **Convenção das Nações Unidas sobre Privilegios e Imunidades** de 1946 – este ato foi formulado por

¹²⁰ Cf. ROCHA, Armando. *Op. Cit.*, p. 77.

¹²¹ Como nota E. Baptista Correia, "(...) não se trata de uma ineficácia da vinculação do Estado, pois este já se encontra válida e eficazmente vinculado. Será a reserva a ficar sujeita às consequências, portanto, a ser ineficaz." Cf. BAPTISTA, Eduardo Correia – *Op. Cit.*, p. 209.

¹²² MAZZUOLI, Valerio de Oliveira – *Op. Cit.*, p. 176.

escrito e notificado pelo depositário a 15 de fevereiro de 2018 (mais de setenta anos após a formulação da reserva)¹²³.

4.5. Consequências Legais de Reservas Inválidas

Horn explica que há duas condições que devem estar preenchidas para uma reserva ser vinculativa para as partes que a aceitaram: deve ser válida e deve ser oponível a outra parte¹²⁴. O presente ponto do capítulo trata das consequências legais da invalidade da reserva, vício que a torna não oponível às restantes partes.

A CVDI é omissa quanto às consequências das reservas inválidas e em que medida estas afetam a posição do Estado que as formulou, nem tão pouco regula como é que os restantes Estados devem reagir face às mesmas.

Como vimos, a aceitação é um ato livre que reflete a posição individual de um Estado. No entanto, uma aceitação de uma reserva inválida não é permitida. Aliás, a aceitação de uma reserva inválida não é sequer legalmente possível – este tipo de reservas não está aberto ao consentimento. Assim, o Guia da CDI estabelece no seu ponto 4.5.1¹²⁵ que uma reserva que não reúne as condições de validade necessárias é nula e, por isso, não produz qualquer efeito jurídico. Pellet fala até na prática que se formou no seio do depositário da ONU de recusar a comunicação de textos de reservas proibidas pelo tratado, muito embora comunique frequentemente reservas incompatíveis com o objeto e o fim do mesmo¹²⁶.

Dessarte, a nulidade da reserva não depende da aceitação ou rejeição (esta última expressa por meio de uma objeção). Ainda assim, perante reservas inválidas, um Estado tem o direito de formular uma objeção a explicitar o seu ponto de vista¹²⁷, na medida em que as objeções têm um efeito prático relevante de discordar do Estado que formulou a reserva e chamar a atenção para um potencial problema no cumprimento do tratado. A

¹²³ *United Nations Treaty Collection, Depositary, Status of Treaties, Convention on the Privileges and Immunities of the United Nations*, Disponível em: <<http://treaties.un.org>>, Consultado em maio de 2018.

¹²⁴ “A reservation must further be accepted in order to become binding and opposable to another party”. Cf. • HORN, Frank – *Reservations and Interpretative Declarations to Multilateral Treaties. Vol. 5 of Studies in International Law*. North Holland: T.M.C Asser Instituut, 1998, p. 111.

¹²⁵ Cf. *Ibidem*, Ponto 4.5.1, p. 26.

¹²⁶ Cf. DÖRR, Oliver; SCHMALENBACH, Kristen – *Op. Cit.*, p. 276.

¹²⁷ Cf. PELLET, Alain; MÜLLER, Daniel – *Op. Cit.*, pp. 46 s.s.

posição dos Estados Parte no tratado é, assim, relevante, na medida em que evidencia o processo de dissecação do motivo da inadmissibilidade de certa reserva.

É de notar que a formulação de uma reserva inválida produz as suas consequências no âmbito do direito dos tratados e não constitui, por si só, motivo suficiente para suscitar a responsabilidade internacional por parte do Estado ou organização internacional que a formulou¹²⁸. Perante a invalidade da reserva, resta-nos saber se o Estado que a formulou se torna ou não Parte no tratado. Assim, a questão que se coloca é: será que a invalidade da reserva afeta o consentimento ao Tratado por parte do Estado que a formulou?¹²⁹ A razão de ser deste problema reside no facto de ser incoerente que um Estado que emite uma reserva inválida (portanto, completamente proibida pelo tratado) queira, ao mesmo tempo, vincular-se ao mesmo. No entanto, como demonstrei através de diversos exemplos ao longo do presente relatório, este paradoxo é uma realidade frequente no seio de vários tratados.

No seu parecer de 1951, o TIJ adotou a solução de “invalidade total”, na qual concluiu que, nestes casos, o Estado em causa não se tornava, de forma alguma, Parte no Tratado. Esta posição ainda hoje é apoiada por parte da doutrina internacional e apresenta a vantagem de ser conforme ao princípio do consentimento fundamental ao direito dos tratados¹³⁰. No entanto, esta posição negligencia absolutamente o facto de o Estado ter efetivamente demonstrado o seu consentimento e o seu desejo de se vincular à Convenção em questão.

Uma vez mais, a CVDT não menciona ou resolve este problema. No entanto, a resposta da CDI¹³¹ é a de que o Estado contratante é, na mesma, considerado Parte no tratado, mas sem o benefício da reserva que formulou (a não ser que seja identificada uma intenção contrária deste). Esta posição acaba por estabelecer um equilíbrio entre a posição de total invalidade do TIJ e da doutrina da “*severability*”, que procura aproveitar o consentimento do Estado em causa ao Tratado e preservar o seu desejo de se tornar Parte no mesmo, apesar da invalidade da reserva formulada.

¹²⁸ Cf. DÖRR, Oliver; SCHMALENBACH, Kristen – Op. Cit., p. 279.

¹²⁹ Neste âmbito, a doutrina internacional fala frequentemente em “*severability of a reservation*” na medida em que pressupõe que, apesar da reserva ser inaplicável, a vinculação do Estado seja aproveitada.

¹³⁰ Cf. DÖRR, Oliver; SCHMALENBACH, Kristen – Op. Cit., pp. 279-281.

¹³¹ Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties*, Report of the Sixty-Third Session (Document A/66/10/Add.1), Cap. IV., ponto 4.5.2, p. 66.

Outro problema que surge face as reservas é o de saber que órgão (ou que outra autoridade) é competente por apreciar a sua validade. Particularmente no que toca aos tratados de direitos humanos, é frequente que estes estabeleçam órgãos que os monitorizem, ou até que sejam criados mecanismos para esse efeito. Um exemplo desta última situação é o art. 20.º, n.º 2 da **Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**, de 1965, que contem um mecanismo através do qual “uma reserva será considerada incompatível (...) se a ela objetarem ao menos dois terços de Estados Parte na Convenção”. Neste tipo de tratados, quando se considera que a reserva é inadmissível, o tratado passa a valer na sua integralidade para a Parte que a formulou. Como nota Mazzuoli, permanece uma questão: e se o tratado nada indicar a esse respeito?¹³². Nesta medida, Correia Baptista nota que “(...) o facto de uma reserva ser contrária ao *ius cogens* ser nula, não resolve os problemas práticos decorrentes da falta de uma autoridade central. A declaração de nulidade de uma reserva por um Estado não vincula o seu autor. As partes terão de chegar a acordo ou recorrer a um terceiro imparcial.”¹³³. Nestes casos, à luz do art. 20.º, n.º 4 CVDT, a única conclusão a que chegamos é que no silêncio do tratado, cabe a cada Estado contratante apreciar a validade e compatibilidade da reserva. Esta é uma solução que deixa algumas dúvidas, mas é a única solução para os casos em que não foi constituída uma autoridade central. Assim sendo, um Estado que considere que certa reserva é incompatível com o objeto e fim do tratado pode somente objetar à reserva, não podendo, de forma alguma, punir os Estados que a aceitem¹³⁴.

4.6. Reações às Reservas

Como vimos, todos os Estados contratantes, quando confrontados por uma reserva, podem optar por uma de duas reações: a **aceitação** ou a formulação de **objeções** à mesma. Estas são formas de os Estados Parte na Convenção darem o seu ponto de vista sobre a reserva que foi formulada, sendo que nenhuma destas reações constitui um critério objetivo de apreciação da validade dessa mesma reserva. O art. 20.º, n.º 4 regula também esta questão, motivo pelo qual é por muitos considerado o artigo central de todo o regime da CVDT.

¹³² MAZZUOLI, Valerio de Oliveira – *Op. Cit.*, pp. 184-185.

¹³³ BAPTISTA, E. Correia – *Op. Cit.*, p. 200.

¹³⁴ Cf. SALIBA. Aziz Tuffi; FONSECA, Luciana Andrade – *Op. Cit.*, p. 130.

A aceitação traduz o consentimento de um Estado à reserva formulada – é um ato individual e, por isso, não prejudica a posição dos restantes Estados que pretendem objetar à mesma. O art. 20.º regula a aceitação como uma **condição relativa** para a validade de uma reserva e tal aceitação não impõe que a reserva não seja aplicada perante outras Partes no tratado. Este artigo é o reflexo daquilo que é denominado por “fragmentação” do tratado multilateral, *i.e.*, um tratado multilateral é desintegrado e analisado na perspetiva das relações bilaterais entre os vários Estados.¹³⁵ De acordo com a al. a) do art. 20.º, n.º 4, a aceitação de uma reserva por outro Estado contratante torna o Estado autor da reserva como Parte no tratado em relação ao Estado que aceitou. Assim, o facto de um Estado rejeitar certa reserva na sua relação bilateral com o Estado que a formulou, não significa que os restantes Estados Parte no tratado tenham de tomar a mesma posição. Dessa forma, o facto de a reserva não vigorar nas relações bilaterais entre o Estado A e o Estado B, não implica que a mesma reserva deixe de vigorar entre o Estado A e o Estado C (que a aceitou).

Há várias formas de exprimir uma aceitação: através de uma declaração unilateral em que o Estado ou organização internacional aceita expressamente a reserva (deve ser mediante forma escrita), ou mediante o silêncio (na ausência de objeções dos Estados Parte na Convenção, é considerado que houve uma aceitação das reservas). Estas correspondem respetivamente à aceitação **expressa** (exceção) e **tácita** das reservas (que corresponde à regra). Já no caso em que um Estado se torna parte no Tratado e não formula objeções a reservas que já existiam no momento da sua vinculação, estamos perante uma aceitação **implícita**.

Nos casos de reservas expressamente autorizadas (ou reservas especificadas nos termos do art.19.º, al. b) a aceitação é dispensada (art. 20.º, n.º 1 CVDI). Sem contar com esses casos, para as reservas produzirem efeitos, basta então que um Estado parte no tratado a tenha aceite (art. 20.º, n.º 4, al. c) CVDI, sendo que esta aceitação pode ser tácita (uma vez que, como vimos, a aceitação é vista como uma resposta permissiva à reserva). A partir do momento da notificação aos demais Estados, é iniciada a contagem do prazo de doze meses para estes aceitarem ou formularem uma objeção à reserva, tal como consta do art. 20.º, n.º 5 CVDI. No entanto, no seio das Nações Unidas, o Secretário-Geral adotou a prática de considerar que, se após noventa dias da notificação das partes contratantes acerca da vinculação do Estado autor da reserva nenhuma destas objetar, considera-se a

¹³⁵ ANDERSON, Niina – *Reservations and Objections to Multilateral Treaties on Human Rights*, p. 27.

reserva aceite para efeitos de entrada em vigor do tratado face esse Estado¹³⁶. No entanto, a passagem dos noventa dias “(...) não preclui o direito de os Estados apresentarem objeções à reserva”¹³⁷. Portanto, enquanto não houver aceitação, a reserva não produz quaisquer efeitos e não há qualquer relação estabelecida para o autor da reserva. É de notar ainda que a aceitação não pode ser retirada (art. 23.º CVDI).

Já as objeções, pelo contrário, traduzem a desaprovação formal de um Estado à reserva formulada por outro Estado. Estas são reações que são permissíveis devido à discricionariedade do Estado em regular as suas relações com outros Estados perante determinada reserva a uma Convenção multilateral. Dada a complexidade do mecanismo das objeções, o próximo capítulo será inteiramente dedicado ao mesmo e visa compreender o seu impacto.

Há quem alegue que a aceitação de uma reserva e de uma objeção têm os mesmos efeitos, pelo menos quando o Estado que objeta não expressa a sua intenção de impedir a entrada em vigor do tratado entre as partes. Ora, neste aspeto, sem dúvida que a objeção se assemelha em muito a uma reserva. No entanto, de acordo com o art. 31.º CVDI, uma vez que não há qualquer definição formal dos dois termos, estes devem ser interpretados de acordo com o seu sentido normal, *i.e.*, uma aceitação e uma objeção indicam precisamente o inverso um do outro¹³⁸. O Guia da CDI, por sua vez, orienta nas suas diretrizes que há realmente uma diferença entre as duas figuras. A CDI estabelece que, quanto à aceitação que pretende modificar a aplicação de certas cláusulas de um tratado, o Estado que formulou a reserva e os Estados que a aceitaram verão os seus direitos e obrigações modificados, na medida da reserva, nas suas relações entre si. Já por outro lado, no caso dessas reservas serem objetadas por outro Estado, o Estado que formulou a reserva e o Estado que objetou estarão vinculados ao tratado, tendo, porém, em consideração os efeitos pretendidos com a reserva e a objeção formuladas¹³⁹.

¹³⁶ Também quanto às objeções, já se tem verificado objeções a reservas após o período estipulado de 12 meses, como foi o caso da objeção da Holanda às reservas da Coreia do Sul ao Pacto dos Direitos Civis e Políticos. No caso, a Holanda objetou cerca de 14 meses após a vinculação e formulação das reservas por parte da Coreia do Norte. Cf. BAPTISTA, E. Correia – *Op. Cit.*, pp. 211-212.

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ PELLET, Alain; MÜLLER, Daniel – *Op. Cit.*, p. 39.

¹³⁹ SALIBA, Aziz Tuffi; FONSECA, Luciana Andrade – *Op. Cit.*, p. 144.

4.7. Efeitos das Reservas

Como vimos *supra*, os efeitos da reserva são dependentes da reação dos Estados. Dessarte, como nota Maria Luísa Duarte, os efeitos das reservas são *relacionais* na medida em que se projetam nas relações entre o Estado autor da reserva e o Estado que a aceita ou rejeita¹⁴⁰ (portanto, modifica apenas as relações *inter se* – art. 21.º, n.º1 CVDI).

Como já foi verificado ao longo do presente relatório, o efeito principal de uma reserva é o de permitir que o Estado que a formulou se desonere de certas disposições, sem sofrer quaisquer penalidades a nível de responsabilidade internacional¹⁴¹. Desta forma, se a reserva for válida, a disposição sobre a qual incidiu é tida como inexistente perante o Estado que a formulou. Ademais, na relação com as restantes Partes, o tratado não vale na sua totalidade.

Se certo Estado Parte aceitar a reserva, o tratado aplicar-se-á para este “na medida do previsto por essa reserva” nas suas relações recíprocas (art. 21.º, n.º 2 CVDI). Pelo contrário, se a reserva formulada for inválida (por algum dos motivos elencados no art. 19.º, por exemplo), o Estado autor ficará comprometido à integralidade do tratado, como se tal reserva não existisse.

¹⁴⁰ DUARTE, Maria Luísa - *Direito Internacional Público e Ordem Jurídica Global do Século XXI*. . 1.ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p. 186.

¹⁴¹ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira – *Op. Cit.*, p. 199.

CAPÍTULO V- OBJEÇÕES

5.1. Definição

De acordo com o ponto 2.6.1 do Guia da CDI, uma objeção é uma declaração unilateral feita por um Estado ou organização internacional, em resposta a uma reserva formulada por outro Estado ou uma organização internacional, na qual este pretende impedir a reserva de produzir os efeitos desejados, ou opor-se à mesma¹⁴². Esta figura é uma decorrência lógica da autonomia de cada Estado, na medida em que nenhum Estado deve ficar necessariamente vinculado a obrigações contratuais que não considere adequadas¹⁴³. Assim, o Estado que objeta pretende **excluir ou modificar os efeitos da reserva** sobre a qual incide, ou **excluir a aplicação do tratado por inteiro nas suas relações** com o Estado ou organização internacional que formulou tal reserva.

A objeção tem uma dupla função: não só expressa a função de rejeição a uma reserva por parte de um Estado, como também constitui um meio que permite que os Estados expressem o seu ponto de vista quanto à validade da mesma (permite, assim, que se inicie um processo de diálogo entre estes). Ademais, o Estado que objeta previne a oponibilidade da reserva perante si mesmo. Atenção que, enquanto a reserva incide sobre uma cláusula do tratado, a objeção é absolutamente dependente de uma reserva. Assim, a existência de uma **objeção depende da entrada em vigor da reserva** – a reserva é o objeto da objeção.

É de notar que há uma ausência de ligação entre a permissibilidade da reserva e a objeção emitida por um Estado. O regime das reservas na CVDI está marcado pelo princípio do direito de formulação de objeções independentemente da reserva ser válida ou não¹⁴⁴ – os Estados Parte nas Convenções são livres de dar o seu parecer quanto à

¹⁴² No entanto, note-se que o termo “objeção” pode também ser utilizado para a declaração unilateral de um Estado ou organização internacional na qual se opõe à formulação de uma reserva tardia ou à ampliação do escopo de uma reserva. Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Text of the set of draft guidelines constituting the Guide to Practice on Reservations to Treaties, provisionally adopted by the Commission*. Sixty-second Session (2010), General Assembly Official Records Sixty-fifth Session (Supplement No. 10 A/65/10), ponto 2.6.2., p. 50.

¹⁴³ TOMUSCHAT, “Admissibility”, cit., 466, *Cit.* por ROCHA, Armando – *Op. Cit.*, p. 91.

¹⁴⁴ Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties*, Report of the Sixty-Third Session (Document A/66/10/Add.1), Cap. IV., pp. 246 s.s.

permissibilidade de uma reserva. Mas atenção que esta discricionariedade do Estado não é sinónimo de arbitrariedade, há também limites a respeitar quanto à formulação de objeções.

Como Armando Rocha afirma, a regra sobre as objeções adotada no art. 21.º, n.º 3 CVDT “procura salvar o acordo de vontades entre as partes até à medida do possível: preservar um acordo, ainda que haja desacordo quanto à matéria coberta pela reserva”¹⁴⁵. O objetivo é, então, afastar o impacto da reserva com a qual o Estado não é conivente¹⁴⁶.

5.2. Limites Materiais, Formais e Temporais

Não é só a reserva que deve ser materialmente válida, também a objeção tem de ser substancialmente válida, *i.e.*, não pode contrariar o objeto e finalidade do tratado nas suas relações bilaterais com o Estado que formulou a reserva. Tal como resulta do art. 23.º, n.º 1 CVDT, também a objeção a uma reserva deve ser formulada por escrito e comunicada aos restantes Estados Parte e outros Estados que possam vir a ser partes na Convenção. Ademais, a objeção em causa deve cingir-se apenas à medida daquilo que foi previsto e mencionado na própria reserva sobre a qual incide (art. 21.º, n.º 3 CVDT).

Resulta do art. 20.º, n.º 5, CVDT que se um Estado não formulou nenhuma objeção no **período de doze meses** após a notificação da reserva, a reserva é tida como aceite. Assim, os Estados têm o prazo de um ano para formular a sua objeção, caso contrário é assumida uma aceitação (tácita) da reserva. Pelo contrário, se uma objeção for formulada passado o período estipulado de doze meses não produz efeitos. Este lapso de tempo é justificado por se considerar que permite ao Estado signatário ter tempo suficiente para analisar as responsabilidades da Convenção antes de objetar às reservas propostas por todos os Estados¹⁴⁷. Porém, há quem considere que este período de tempo é muito curto¹⁴⁸ e que não corresponde ao costume adotado na sua época de elaboração. Na medida em que este foi o período adotado novamente pelo Guia da CDI e é o presente na CVDT, deve ser tido como o período mais aceitável.

¹⁴⁵ ROCHA, Armando – *Op. Cit.*, p. 91.

¹⁴⁶ Esta é a interpretação coerente com o regime estabelecido com a CVDT. No entanto, há autores que discordam e que consideram que, se a reserva visa excluir determinados efeitos do tratado, a objeção impede a aplicação da reserva por inteiro. Cf. *Ibidem*, nota 183, p. 92.

¹⁴⁷ MEEK, Marcellus R. – *Op. Cit.*, p. 50.

¹⁴⁸ SALIBA. Aziz Tuffi; FONSECA, Luciana Andrade – *Op. Cit.*, p. 134.

Também de acordo com o art. 22.º CVDI, a não ser que o tratado expressamente o proíba, uma objeção a uma reserva pode ser retirada a todo o tempo (dada a lógica já mencionada de que *quem pode o mais, pode o menos*), desde de que por forma escrita. A produção de efeitos da retirada da objeção inicia-se mediante o recebimento da devida notificação¹⁴⁹.

5.3. Objeções a Reservas Contrárias ao Fim/Objeto da Convenção

O problema das reservas contrárias ao objeto e fim da Convenção já foi abordado, resta agora compreender qual é o resultado das objeções enquanto reações a essas reservas. Um exemplo claro é a mais recente objeção de Portugal à reserva elaborada pela República Islâmica do Afeganistão ao **Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea**. A reserva do Afeganistão tem por objeto o art. 18.º do Protocolo (“O Governo da República Islâmica do Afeganistão regista a sua reserva em relação ao Artigo 18 do respetivo Protocolo”¹⁵⁰). Esta reserva, para além de ser vaga, incide sobre o objeto e fim da Convenção. O art. 18.º (“regresso de migrantes objeto de tráfico ilícito”) tem em vista que cada Estado Parte se comprometa a facilitar, de forma célere, o regresso das pessoas nestas condições. Facilmente se percebe que o art. 18.º é essencial na medida em que prevê a cooperação entre os Estados para proteger – precisamente – os migrantes que foram objeto de tráfico ilícito. A reserva em questão foi discutida várias vezes em sede das reuniões do CADHI e COJUR, nas quais vários Estados manifestaram o seu desagrado com a mesma e intenção de objetar.

Uma vez que o Protocolo visa prevenir e combater o tráfico ilícito, considera-se que a reserva ao artigo compromete o empenho do Afeganistão em cumprir as suas obrigações enquanto Parte no tratado e põe também em risco o objeto e o fim do mesmo.

¹⁴⁹ Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties*, Report of the Sixty-Third Session (Document A/66/10/Add.1), Cap. IV., ponto 2.5.8, p. 220 s.s.

¹⁵⁰ “the Government of the Islamic Republic of Afghanistan registers its reservation in relation to Article 18 of the said Protocol.” Cf. *United Nations Treaty Collection, Depositary, Status of Treaties, Protocol Against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air, supplementing the United Nations Convention against Transitional Organized Crime*. Disponível em: <<http://treaties.un.org>>. Consultado em maio de 2018.

Por estes motivos, vários Estados objetaram a esta reserva¹⁵¹, nomeadamente Portugal: “(...) a República Portuguesa considera que a reserva (...) é incompatível com o objeto e o fim do Protocolo devido ao facto que o presente artigo constitui uma parte essencial do Protocolo, na medida em que representa o compromisso do Estado em cumprir com as suas obrigações (...) de acordo com o artigo 19.º, alínea c), uma reserva incompatível com o objeto e propósito da Convenção não deve ser permitida (...).”¹⁵²

Outro exemplo de objeções a reservas contrárias ao objeto e fim do tratado, surge no âmbito da **Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher**. No que toca a esta Convenção, foram formuladas as várias reservas em que certos Estados invocaram os princípios da *Sharia* islâmica para afastar os certos preceitos tanto quanto pretendiam.

Por estes motivos, a já mencionada reserva da Singapura (que visa excluir a aplicação dos arts. 2.º e 16.º - dois artigos centrais da Convenção) foi muito objetada. Nomeadamente, Estados como a Finlândia, Suécia e Dinamarca objetaram com a nota de que “tal reserva não é permitida e é desprovida de efeitos jurídicos”¹⁵³. Ademais, o Comité sugeriu à República de Singapura a consulta com os órgãos competentes para rever a sua própria lei de forma à reserva poder ser retirada ou reformulada. Na sequência destes acontecimentos, Singapura anunciou a retirada parcial da reserva (“*partial withdrawal*”) no contexto de várias reformas pertinentes na sua lei e prática (em particular, a idade mínima para a maioria dos casamentos islâmicos aumentou para 18 e foram feitas mudanças quanto ao direito das sucessões muçulmano)¹⁵⁴. No entanto, é de notar que a reformulação da reserva por Singapura foi muito insuficiente, na medida em que apenas delimita as alíneas

¹⁵¹ Nomeadamente a Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, República Checa, Estónia, Finlândia, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Lituânia, México, Países Baixos, Noruega, Polónia, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha e Suécia. Cf. *Ibidem*.

¹⁵² É de notar que no âmbito do meu estágio curricular tive a oportunidade de formular precisamente esta objeção, que foi notificada a 22 de janeiro de 2018 : “ (...) *the Portuguese Republic considers that the reservation (...) is incompatible with the object and the purpose of the Protocol due to the fact that said article constitutes an essential part of the Protocol, as it represents the compromise of the State in fulfilling its obligations (...) according to Article 19 subparagraph c), a reservation incompatible with the object and purpose of the Convention shall not be permitted. (...)*” Cf. *Ibidem*.

¹⁵³ KELLER, Linda M. - *Op. Cit.*, p. 319.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 321.

dos artigos em que incidem a reserva¹⁵⁵. Assim, as suas reservas continuam a ter um efeito que descredibiliza aplicação da Convenção nesse país.

Este exemplo, assim como o da República das Maldivas já mencionado, reflete o impacto da pressão das objeções por parte dos Estados (o que reflete que os Estados que objetam desejam encarar a Convenção de uma forma mais séria), assim como também do próprio Comité guardião da Convenção. Ao invocarem o art. 19.º, alínea c), os Estados que formulam as objeções estão a tentar proteger a coerência do tratado. Nesta medida, os Estados não estão apenas preocupados com os direitos das mulheres no país que formulou a reserva apenas, mas também com a legitimidade da própria Convenção que afeta todos os países que a ela estão vinculados.

Em suma, as objeções a este tipo de reservas são particularmente relevantes, pois através delas se compreende não só o empenho de um Estado em cumprir a Convenção de qual é Parte, mas também o desejo de que todos os Estados também a cumpram. Estas reações espoletam entre os Estados o diálogo sobre a Convenção e sobre as razões que a motivaram e, muitas vezes, levam até à reformulação das reservas em questão. Estas reformulações, apesar de insuficientes, são positivas na medida em que representam a vontade dos Estados que formularam a reserva têm em manter o seu vínculo à Convenção, o que realça a sua importância no panorama internacional.

5.4. Podem as declarações interpretativas ser objetadas?

Já sabemos que a distinção entre reservas e declarações interpretativas é essencial e que, enquanto, por um lado, são formuladas **objeções** às reservas, por outro lado, são formuladas simples **oposições** às declarações interpretativas. Ambas constituem reações negativas à declaração em causa, no entanto têm diferentes efeitos - a simples oposição indica meramente uma recusa da interpretação proposta pela declaração interpretativa, sem ser sequer necessário justificar ou propor outra interpretação que se considere mais

¹⁵⁵ A reformulação de Singapura é a seguinte: “ (...) reserves the right not to apply the provisions of articles 2, paragraphs (a) to (f), and article 16, paragraphs 1(a), 1(c), 1(h), and article 16, paragraph 2, where compliance with these provisions would be contrary to their religious or personal laws.”. *United Nations Treaty Collection, Depository, Status of Treaties, Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*, Disponível em: <<https://treaties.un.org/>>, Consultado em maio de 2018.

acertada¹⁵⁶. Surge, então, outra questão: quanto às declarações interpretativas que constituem reservas “encobertas”, devemos formular uma objeção ou oposição?

Como já vimos, as declarações interpretativas são, à partida, objeto de oposição. No entanto, no caso das declarações interpretativas que constituem, na realidade, reservas (uma vez que não se limitam a interpretar a Convenção Internacional, mas também alteram ou modificam os efeitos desta perante a mesma), a situação é diferente. Na prática internacional, os Estados tratam tais instrumentos como reservas e é aplicado às mesmas o seu respetivo regime previsto na CVDI.

Um exemplo destes casos é o das reservas e declarações emitidas por ocasião do depósito do instrumento de adesão dos Emirados Árabes Unidos à **Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes** de 1984. As reservas aos arts. 20.º e 30.º eram permitidas à luz da Convenção, no entanto, a declaração ao seu art. 1.º apresentava alguns problemas. O art. 1.º da Convenção visa definir o conceito "tortura" e, na sua declaração, os Emirados Árabes Unidos afirmam que "(...) as sanções legais aplicáveis à luz do seu direito interno e a dor ou sofrimento associadas ao cumprimento dessas sanções legais não caem no escopo do conceito de "tortura" definido no art. 1.º da Convenção ou no conceito de tratamento cruel, desumano ou degradante."¹⁵⁷ Ora, através da análise da substância desta reserva facilmente se chega à conclusão que a reserva do Afeganistão reduz o âmbito do artigo em questão, como também desonera esse Estado do art. 2.º que prevê a adoção pelos Estados de medidas eficazes que impeçam que atos de tortura sejam cometidos no território sob a sua jurisdição. Desta forma, vários Estados Parte na Convenção, incluindo Portugal¹⁵⁸, concluíram que estamos perante uma verdadeira reserva (encoberta ou escondida) que, ainda para mais, afigura-se demasiado vaga e contrária ao objeto e fim da Convenção. Uma vez que a declaração constitui, na realidade, uma reserva, deve ser aplicado o respetivo regime dos arts. 19.º e 23.º da CVDI. Por este motivo, vários Estados objetaram (e não utilizaram a expressão "oposição") demonstrando a inadmissibilidade da reserva à luz do art. 19.º, al. c), que visa proteger o objeto e o fim da Convenção.

¹⁵⁶ Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties*, Report of the Sixty-Third Session (Document A/66/10/Add.1), Cap. IV., ponto 3.6.2, p. 106.

¹⁵⁷ *United Nations Treaty Collection, Depositary, Status of Treaties, Convention against Torture and other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment*, Disponível em: <<https://treaties.un.org/>>, Consultado em maio de 2018.

¹⁵⁸ Respetivamente, a Áustria, Bélgica, República Checa, Finlândia, Alemanha, Irlanda, Países Baixos, Noruega, Polónia, Suécia e Suíça. Cf. *Ibidem*.

Assim, perante uma reserva encoberta que seja objetada, serão aplicáveis os efeitos das objeções previstos no art. 21.º CVDT. No entanto, apesar de não ter o impacto e efeitos de uma objeção, é de realçar que a oposição é uma figura que apresenta a sua importância, uma vez que também estimula um diálogo entre os Estados Parte com o fim de dar cumprimento à Convenção.

5.5. Objeções a Reservas que incidem sobre o Direito Interno de um Estado

Como vimos no Capítulo IV do presente relatório, aquando da análise das reservas incompatíveis com o objeto e fim do tratado¹⁵⁹, uma vez que na CVDT não há uma provisão relativa a reservas que têm como base o direito interno do Estado, assumimos que estas são válidas desde que não sejam desconformes com o art. 19.º, al. c). O exemplo *supra* da **Convenção das contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes** demonstra precisamente essa conclusão. Também os paradigmáticos exemplos de reservas à **Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher** demonstram que muitas vezes os Estados usam reservas fundamentadas no seu Direito Interno para limitar as suas responsabilidades no cumprimento do tratado. A menção ao Direito Interno ou, nos casos identificados, à *Sharia* limitam a aplicação do núcleo essencial da Convenção e contribuem, em última instância, para o enfraquecimento das bases de Direito Internacional presentes nesse Tratado.

Por estes motivos, a formulação de objeções pelos Estados Parte na Convenção é essencial, não só de forma a proteger o objeto e o fim do Tratado, mas também para reafirmar a importância dos valores humanos contidos nas cláusulas dessas Convenções.

5.6. Efeitos das Objeções

No Parecer de 1951, o TIJ afirmou que nenhum Estado deve estar sujeito a reservas às quais não consentiu¹⁶⁰ - este é um efeito decorrente do princípio do consentimento que alicerça todo o regime da CVDT, especificamente no que toca ao

¹⁵⁹ Capítulo 2, ponto 4.4.1.3. do presente relatório de estágio.

¹⁶⁰ International Court of Justice - *Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide*, p. 15.

regime das reservas. Como já vimos, a formulação de uma objeção é discricionária e, também, é o Estado que decide os efeitos que mesma irá produzir. Porém, ainda nos dias de hoje não há unanimidade no âmbito da doutrina internacional e dos próprios Estados no que toca aos efeitos legais da objeção a uma reserva¹⁶¹.

Atualmente, no âmbito de um sistema flexível, a regra geral é de que uma objeção não impede a entrada em vigor do tratado, com a exceção de quando o autor da objeção deseje que não haja qualquer relação entre si e o Estado que formulou a reserva¹⁶². Nem tão pouco uma objeção exclui a possibilidade de diálogo entre o seu autor e o autor da reserva. Pelo contrário, o diálogo é necessário, nem que seja para determinar qual a relação entre os dois Estados no âmbito do tratado¹⁶³.

A) Efeito das Objeções a Reservas Válidas

Ao contrário do que acontece com as aceitações de reservas válidas, a objeção a estas pode espoletar uma diversidade de efeitos entre o autor da reserva e o autor da objeção.

Tal como estabelecido no art. 20.º, n.º 4, al. b) CVDT, a regra-geral é a que uma reserva não impede a entrada em vigor do tratado entre o Estado que formulou a reserva e o Estado que a objetou, a não ser que este último manifeste a sua intenção para que tal aconteça. Assim, no caso do autor da objeção não manifestar expressamente que deseja que o tratado não entre em vigor entre ele e o Estado que formulou a reserva, estamos perante uma **objeção de efeito mínimo** (*“of minimum effect”*), na medida em que o Tratado vigora nas relações bilaterais entre as Partes, mas não no que toca à reserva.

É de notar que Correia Baptista fala numa objeção simples para se referir às objeções destituídas dos efeitos mencionados acima (as objeções de efeito mínimo) – nestes casos, as reservas continuam a aplicar-se e têm meros efeitos políticos em relação a estas. Neste sentido, afirma: “É uma mera figura retórica jurídico-política”, pelo que a reserva não será oponível ao Estado que formulou a objeção¹⁶⁴.

¹⁶¹ Cf. MEEK, Marcellus R. – Op. Cit., p. 42.

¹⁶² Note-se que este último efeito é aquele que é denominado pela prática da CDI como *“maximum effect of an objection”*, sendo que constitui uma exceção à regra geral que representa, pelo contrário um *“minimum or simple-effect of an objection”*. Este tema será desenvolvido no Capítulo V, ponto 5.6.

¹⁶³ PELLET, Alain – Seventeenth report on Reservations to Treaties, pp. 5-6.

¹⁶⁴ BAPTISTA, E. Correia – Op. Cit., pp. 216 s.s.

Portanto, a regra-geral do art. 20.º, n.º 4, al. b, estabelece uma **presunção** de que, em princípio, uma objeção a uma reserva não constitui um obstáculo à entrada em vigor do tratado entre o Estado autor da objeção e o Estado autor da reserva¹⁶⁵. Hoje, a grande maioria destas objeções estabelecem um efeito diferente: os Estados que objetam procuram adaptar as suas relações contratuais ao encontro da sua posição¹⁶⁶. O que acontece é a não aplicação da reserva na relação entre as duas Partes em questão. Desta forma, a disposição final da já mencionada objeção de Portugal à reserva do Afeganistão ao **Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea**, em que o Estado Português menciona que “Esta objeção não impede a entrada em vigor do Protocolo Adicional entre a República Portuguesa e a República Islâmica do Afeganistão”¹⁶⁷ torna evidente que se trata de uma objeção de efeito mínimo. Portanto, a cláusula que foi objeto de reserva (o artigo 18.º, como vimos) mantém-se em vigor nas relações entre a República Portuguesa e a República Islâmica do Afeganistão.

Atualmente, a grande maioria das objeções visa produzir o efeito típico da objeção simples: modificar as relações contratuais entre as Partes como se a reserva não existisse. Nos termos do art. 21.º, n.º 3 CVDI, se um tratado entra em vigor entre dois Estados Parte, as relações contratuais entre o Estado que formulou a reserva e o Estado autor da objeção são modificadas na medida das disposições sobre as quais incide a reserva. Ora, nestes casos, apesar de um dos Estados Parte no tratado objetar à reserva, não significa que esta lhe seja inoponível, *i.e.*, a reserva continua a ser aplicada.

Por outro lado, a explicitada presunção de efeito mínimo é ilidida, se através do texto da objeção, o seu autor expressar a sua intenção de não aplicar o tratado face ao Estado que formulou a reserva. Neste caso estamos perante uma **objeção de efeito máximo** (ou “*of maximum effect*”). Estas têm um efeito mais drástico do que as objeções

¹⁶⁵ Cf. Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – Text of the set of draft guidelines constituting the Guide to Practice on Reservations to Treaties, provisionally adopted by the Commission. Sixty-second Session (2010), General Assembly Official Records Sixty-fifth Session (Supplement No. 10 A/65/10), Commentaries, p. 152.

¹⁶⁶ Cf. Ibidem, p. 155.

¹⁶⁷ “This objection shall not preclude the entry into force of the Additional Protocol between the Portuguese Republic and the Islamic Republic of Afghanistan”. Cf. United Nations Treaty Collection, Depositary, Status of Treaties, Protocol against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime, Disponível em: <<http://treaties.un.org>>, Consultado em maio de 2018.

simples. Neste âmbito é bem clara a diferença entre uma aceitação e uma objeção. Portanto, o autor da objeção pode também escolher se deseja ter relações contratuais com o autor da reserva ou não. Enquanto a objeção simples configura a regra-geral do regime dos efeitos das objeções, a objeção de efeito máximo constitui uma exceção. Uma vez mais, este mecanismo estabelecido pela CVDT é reflexo do Parecer do TIJ de 1951 no qual foi recomendado que “(...) cada Estado que objete à Convenção vai ou não (...) considerar o Estado que formulou a reserva como parte na Convenção.”¹⁶⁸. Neste sentido, a doutrina portuguesa refere-se a objeções qualificadas¹⁶⁹. É de notar que as objeções qualificadas são muito raras, um dos motivos é o facto de os Estados preferirem que o autor da reserva se vincule – ainda que com restrições – à Convenção, face ao propósito que a mesma pode ter no Direito Internacional. No entanto, outro motivo, a meu ver, é provavelmente o facto de os Estados não se quererem comprometer com uma decisão tão drástica que poderá afetar a relação com o Estado que formulou a reserva, não só no âmbito do tratado, como também fora deste (na medida em que pode afetar até as suas relações políticas, económicas e diplomáticas).

Atenção que este impedimento da entrada em vigor do Tratado entre as duas Partes deve ter sido expresso necessariamente *antes* da data prevista para a mesma, o que implica que, no momento em que a reserva foi formulada, o Tratado ainda não se encontrava a vigorar entre as Partes.

B) Efeitos das Objeções a Reservas Inválidas

À semelhança do que acontece com a aceitação, no caso concreto das reservas inválidas, a objeção não tem qualquer efeito legal prático. Porém, ao contrário do que acontece com a aceitação, é legalmente possível formular objeções às reservas inadmissíveis – é de algum interesse para os Estados Parte na Convenção darem o seu parecer quanto à reserva em causa. Aliás, o TIJ já havia determinado no seu parecer que “(...) cada Estado

¹⁶⁸ “(...) *each state objecting to it will or will not (...) consider the reserving State to be a Party to the Convention*. Cf. International Court of Justice - *Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide*, p. 15.

¹⁶⁹ BAPTISTA, E. Correia – *Op. Cit.*, pp. 216 s.s.; ROCHA, Armando – *Op. Cit.*, p. 92.

que é parte na Convenção tem o direito a avaliar a reserva e exercer o seu direito individualmente e sobre o seu próprio ponto de vista”¹⁷⁰.

Desta forma, é de notar que, tal como acontece com as aceitações, as objeções a reservas inadmissíveis não surtem qualquer efeito. No entanto, apesar de não terem qualquer efeito legal, estas objeções têm a sua utilidade na medida em que chamam a atenção para o problema em causa e, no âmbito da sua discricionariedade, os Estados são livres de as fazer.

C) Outras Espécies de Objeções

As objeções de **efeito intermediário** (“*intermediary effect*”) foram criadas em relação à própria CVDT e consistem na aceitação da entrada em vigor de uma Convenção, mas com exclusão não só de certas disposições, mas também exclusão de qualquer cláusula que estiver relacionada com a disposição sobre a qual a reserva incide (portanto, na medida proposta pela reserva). Esta “nova geração de objeções”¹⁷¹ visa produzir efeitos para além dos que já são permitidos pelo art. 21.º, n.º 3, CVDT na medida em que ultrapassam aqueles que já foram especificados na própria reserva. Este tipo de objeções é denominado desta forma precisamente porque se insere entre o efeito máximo de uma objeção (de prevenir a entrada em vigor de um tratado entre o Estado que formulou a reserva e o Estado que a objetou) e o efeito mínimo (de impedir a aplicação das disposições relativas à reserva).

É de notar que um efeito que a objeção – nem qualquer outra figura do direito dos tratados – não tem é o de obrigar o Estado que formulou a reserva a vincular-se ao tratado sem o benefício da mesma. Ora, neste caso refiro-me a objeções de **efeito “super-máximo”** que são absolutamente inadmissíveis. Já quanto a objeções contrárias ao objeto e fim do tratado, tal até poderia fazer sentido uma vez que, como vimos, o que se procura é a preservação do tratado e um Estado que emite uma reserva nesse sentido não parece empenhado em cumpri-lo. No entanto, a permissibilidade deste tipo de reservas seria impossível e absolutamente contrário ao princípio do mútuo consentimento - nenhum

¹⁷⁰ “(...) each State which is a party to the Convention is entitled to appraise the validity of the reservation and it exercises this right individually and from its own standpoint.” Cf. International Court of Justice - *Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide*, p. 15.

¹⁷¹ PELLET, Alain; MÜLLER, Daniel – *Op. Cit.*, p. 48.

Estado pode forçar outro a aceitar algo que este não está preparado ou que não quer aceitar¹⁷².

Em suma, ambos efeitos, para além de não estarem previstos na CVDI, têm um impacto muito drástico e vão para além das competências dos próprios Estados no que toca à formulação de objeções. Se este tipo de objeções fosse aceite, os Estados teriam uma margem de autonomia na decisão dos efeitos das objeções bem maior do que aquela que o costume e as normas das Convenções permitem. Nesta medida, a sua admissibilidade seria causadora de grande instabilidade nas relações entre os Estados no panorama internacional.

¹⁷² Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Text of the set of draft guidelines constituting the Guide to Practice on Reservations to Treaties, provisionally adopted by the Commission*. Sixty-second Session (2010), General Assembly Official Records Sixty-fifth Session (Supplement No. 10 A/65/10), Commentaries, p. 169.

CONCLUSÃO

Ao longo dos seis meses de estágio curricular no MNE pude analisar de perto o processo de formulação de reservas e objeções, assim como compreender em que medida estes institutos afetam o cumprimento das Convenções internacionais e, consequentemente, o panorama de Direito Internacional.

As reservas estão associadas a um forte simbolismo no que toca ao compromisso do Estado perante as Convenções multilaterais às quais se vinculam. Como vimos, as reservas apresentam várias vantagens, na medida em que são cruciais para garantir que o maior número possível de Estados se vincule ao tratado, mas sem comprometer a sua respetiva ordem jurídica. Uma outra vantagem que advém do atual regime de formulação de reservas e objeções é o facto de proporcionar um importante espaço de debate entre os Estados que derradeiramente realça a importância das Convenções internacionais e o seu cumprimento.

É de notar que as reservas a certas cláusulas de uma Convenção fornecem também uma nota positiva acerca do cumprimento das cláusulas do tratado e obrigações subjacentes que não foram objeto de reserva – assim, a reserva também pode ser vista como uma reafirmação do compromisso do Estado com as restantes cláusulas do tratado. Para além de significar que o Estado se isenta de cumprir o tratado na sua integralidade, também implica que o Estado está exposto à análise da comunidade internacional face às motivações para tal reserva. Essa exposição do Estado que formulou a reserva perante todos os restantes Estados que são Parte no Tratado ou que planeiam vir a ser é a indicação que o Estado leva a sério as obrigações a que se vincula perante toda a comunidade internacional.

Assim, as reservas e as respetivas objeções são um verdadeiro refletor do empenho de um Estado no seu compromisso para com a Convenção e a importância deste regime não deve ser menosprezada. Embora o regime da CVDI não apresente respostas para todos os problemas relacionados com o instituto em questão, o Guia da CDI de 2011 apresenta-se como um meio complementar muito importante para a análise das reservas. No entanto, mesmo o Guia da CDI apresenta algumas soluções dúbias que suscitaram o debate na doutrina internacional. Estas divergências espelham precisamente a complexidade do regime das reservas e objeções da CVDI.

A formulação de reservas pode ser vista como perigosa e apresenta também algumas desvantagens. Ao longo deste relatório foram enunciados alguns casos reveladores de que muitos Estados se vinculam a uma Convenção, mas as suas reservas demonstram a sua falta de compromisso e até uma verdadeira descrença nesse instrumento. Ademais, outro aspeto que em muito contrasta com a nota positiva acima mencionada, é o facto de as reservas poderem ser vistas como um ato que compromete integralidade do tratado e fragiliza a sua aplicação.

Através das várias atividades que desenvolvi no DAJ-DIP, enunciadas ao longo do presente relatório, pude desenvolver não só competências de aplicação das normas relativas ao regime das reservas, assim como desenvolvi competências de análise e de procura de soluções que não estão necessariamente explanadas na CVDT e no Guia da CDI. Tal deve-se ao facto de cada reserva que corresponde a uma Convenção estar intimamente ligada a especificidades próprias do Estado que a formulou.

Acresce que, ao longo do meu estágio no MNE, pude observar de perto a tramitação do processo de adoção de reservas e objeções e constatei que muitas vezes estas são encaradas como um meio de expressar uma opinião política de um Estado ao invés de se debruçarem sobre questões jurídicas que visem o cumprimento do tratado. A possibilidade de formular objeções concede uma voz a todos os Estados Parte na Convenção para que possam expressar as suas especificidades e diferenças perante as reservas num tratado que procura a convergência entre todos. No entanto, o que deve sempre prevalecer é o objeto e o fim do tratado, de forma a preservar o significado e impacto do tratado no panorama internacional.

Assim, como analisado ao longo do presente relatório, a problemática das reservas e respetivas objeções aos tratados multilaterais ultrapassa questões meramente formais no âmbito do direito dos tratados e versa verdadeiramente sobre as relações estabelecidas entre os Estados, assim como reflete o empenho dos Estados em cumprir o tratado em questão.

Por fim, considero que o direito de um Estado a formular a reservas e objeções é crucial para realçar o seu ponto de vista sobre a matéria em causa e delinear em que medida poderá cumprir a Convenção à qual se vinculou. Não implica necessariamente que este se pretende desvincular de certas obrigações, mas sim que o Estado pretende estar vinculado ao Tratado na medida em que juridicamente é possível tendo em conta o seu ordenamento jurídico.

Na minha perspectiva, na maioria dos casos, o instituto das reservas facilita a adesão dos Estados a Convenções de extrema importância para a ordem jurídica não só internacional, como também nacional do Estado que as formula. Desta forma, o regime estudado ao longo do presente relatório, apesar de apresentar perigos, prima por permitir que os Estados não se vejam obrigados a desistir de se tornarem Parte no tratado devido a uma específica disposição do mesmo. No entanto, é necessário ter especial cuidado perante reservas que incidam sobre disposições do tratado que sejam de maior importância e que constituam a sua razão de ser. Nestes casos, os Estados Parte no tratado podem – e, em muitos casos, devem – formular objeções que atentem em desvios realizados por Estados através de reservas relativamente a aspetos nucleares da Convenção. O instituto da objeção permite, assim, aos Estados reagirem e analisarem as reservas formuladas por outros Estados Parte no tratado, iniciarem um debate acerca do impacto da reserva e, enfim, determinarem em que medida estas irão afetar as suas relações bilaterais.

Face à complexidade do regime das reservas e das objeções, assim como dos problemas provenientes da sua aplicação, é crucial analisar a formulação de reservas e objeções não só sob a ótica formal estabelecida na CVDT e nos Guias da CDI analisados, como também atendendo ao coração do próprio tratado sobre o qual estas reservas e objeções incidem.

BIBLIOGRAFIA

A. Monografias, Obras Coletivas e Artigos em Publicações Periódicas

- ANDERSON, Niina – *Reservations and Objections to Multilateral Treaties on Human Rights*. Faculty of Law, University of Lund. Master's thesis in the field of study of Public International Law and Human Rights Law. Disponível em: <<https://lup.lub.lu.se/>>, Consultado em fevereiro de 2018.
- BAPTISTA, Eduardo Correia – *Direito Internacional Público, Livro I*, Lisboa: Lex, 2015.
- BAYLIS, Elena A – *General Comment 24: Confronting the Problem of Reservations to Human Rights Treaties*. In: **Berkeley Journal of International Law** (1999). Vol. 17. Issue 2. pp. 277-328. Disponível em: <<https://scholarship.law.berkeley.edu/>>, Consultado em fevereiro de 2018.
- BROWLIE, Ian; STOCKINGER, Victor Richard – *Princípios de Direito Internacional Público*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- BUFFARD, Isabelle; ZEMANEK, Karl – *The "Object and Purpose" of a Treaty: An Enigma?*. In: **Austrian Review of International & European Law**, vol. 3 (1998), pp. 311-343. Disponível em: <<http://fulltext.calis.edu.cn/kluwer/>>, Consultado em janeiro de 2018.
- DÖRR, Oliver; SCHMALENBACH, Kristen – *Vienna Convention on the Law of Treaties: a commentary*. London: Springer, 2012. ISBN 978-3-642-19291-3. Cap. 2, pp. 239 - 347.
- DUARTE, Maria Luísa - *Direito Internacional Público e Ordem Jurídica Global do Século XXI*. 1.^a Edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. ISBN 978-972-32-2265-4.
- DUARTE, Maria Luísa – *União Europeia – Estática e Dinâmica da Ordem Jurídica Eurocomunitária*. Vol. I. Reimpressão. Coimbra: Almedina, 2011.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar – *Manual de Direito Internacional Público*. 3^a Edição. Coimbra: Almedina, 2008.
- HORN, Frank – *Reservations and Interpretative Declarations to Multilateral Treaties. Vol. 5 of Studies in International Law*. North Holland: T.M.C Asser Instituut, 1998. ISBN 0444703985, 9780444703989.
- JONAS, David S.; SAUNDERS, Thomas N. - *The Object and Purpose of a Treaty: Three Interpretative Methods*. In: **Vanderbilt Journal of Transitional Law**, vol. 43, n.º 3 (2010), pp.

565-609. Disponível em: <<https://www.vanderbilt.edu/wp-content/>>, Consultado em dezembro de 2017.

• LIJNZAAD, Liesbeth – *Reservations to UN Human Rights Treaties – Ratify and Ruin?*. London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN: 0-7923-3256-3.

• LOWE, Vaughan – *International Law*. New York: Oxford University Press, 2007.

• KELLER, Linda M. – *The Impact of State Parties Reservations to the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*. In: **Mich St. L. Rev.** (2014). 309, pp. 309-326.

• MACHADO, Jónatas E. M. - *Direito Internacional: do paradigma clássico ao pós- 11 de Setembro*. 4.^a Edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

• MAZZUOLI, Valerio de Oliveira – *Direito dos Tratados*. 2.^a Edição revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014. Cap. 2, p.p. 165-233.

• MEEK, Marcellus R. – *International Law: Reservations to Multilateral Agreements*. In: DePaul University, University Libraries, 2015. Issue 1, pp. 40-59. Disponível em: <<http://via.library.depaul.edu/>>, Consultado em outubro de 2017.

• MIRANDA, Jorge - *Curso de Direito Internacional Público*. 5^a Edição. Cascais: Princípia Editora, Lda, 2012.

• MOLONEY, Roslyn – *Incompatible Reservations to Human Rights Treaties: Severability and the Problem of State Consent*. In: **Melbourne Journal of International Law**, vol. 155. (2004). Disponível em: < <http://www5.austlii.edu.au/au/journals/> >, Consultado em dezembro de 2017.

• PELLET, Alain – *The Vienna Convention on the Law of Treaties, A Commentary*. Oxford: Oxford University Press, 2011. Edited by CORTEN, Olivier; KLEIN, Pierre. Vol. I. Part II, pp. 406-480.

• PELLET, Alain; MÜLLER, Daniel - *Reservations to Treaties: An Objection to a Reservation is Definitely not an Acceptance*. In: **The Law of Treaties Beyond the Vienna Convention**. Oxford: Oxford University Press, 2011. Edited by Enzo Cannizzaro, ISBN: 9780199588916. Cap. 3, pp. 37 – 59.

• PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto de - *Manual de Direito Internacional Público*. 3^a Edição. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

- PIRES, Maria José Morais - *As Reservas à Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Coimbra: Almedina, 1997. Dissertação de mestrado em Direito internacional público apresentado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Março de 1995.
- ROCHA, Armando - *A formulação de reservas a tratados internacionais*. In: **O Direito**. ISSN: 0873-4372. A. 143, n.º 1 (2011), p. 57-92.
- ROSAS. Allan – *The European Union and Mixed Agreements*, Chapter 13., pp. 200-220.
- SALIBA. Aziz Tuffi – *Direito dos Tratados - Comentários à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969)*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011. Secção 2, pp. 107-178.
- SWAINE. Edward T. – *Reserving*. In: **Yale Journal of International Law**, 2006. Vol. 31. Issue 2, pp. 307-366. <Consultado em 2 de outubro de 2017>, Disponível em: <<http://digitalcommons.law.yale.edu/yjil/>>.
- THOMUSCHAT, Christian – *Admissibility and Legal Effects of Reservations to Multilateral Treaties – Comments on Arts. 16 and 17 of the ILC's 1966 Draft Articles on the Law of Treaties*. ZaöRV. Vol. 27 (1967), pp. 463-482.
- UN Human Rights Committee (HRC) - *CCPR General Comment No. 24: Issues Relating to Reservations Made upon Ratification or Accession to the Covenant or the Optional Protocols thereto, or in Relation to Declarations under Article 41 of the Covenant*, 4 November 1994, CCPR/C/21/Rev.1/Add.6. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/453883fc11.html>>. Consultado em maio de 2018.

B. Relatórios da Comissão de Direito Internacional:

- Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas - *First Report on the Law and Practice relating to Reservations to treaties, Topic: Law and practice relating to reservations to treaties* (Document A/CN.4/470) by Alain Pellet, Special Rapporteur. In: **Yearbook of the International Law Commission**. Vol. II (1995), pp. 121 - 155.
- Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties [Agenda item 3] Seventh report on reservations to treaties* (Document A/CN.4/526 and Add.1–3) by Mr. Alain Pellet, Special Rapporteur [5 and 29 April, 16 May and 14 June 2002], pp. 3 – 48. Disponível em: <<http://legal.un.org/ilc/documentation/>>, Consultado em maio de 2018.

- Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties* [Agenda item 4] *Eight report on reservations to treaties* (Document A/CN.4/595 and Add.1), by Mr. Alain Pellet, Special Rapporteur [27 May and July 2003], Disponível em: <<http://legal.un.org/ilc/documentation/>>, Consultado em maio de 2018.
- Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Validity of Reservations, Reservations to treaties* [Agenda Item 6] *Tenth report on reservations to treaties* (Document A/CN.4/558 and Add. 1-2) by Mr. Alain Pellet, Special Rapporteur, [1, 14 and 30 June 2005]. Disponível em: <<http://legal.un.org/ilc/documentation/>>, Consultado em maio de 2018.
- Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas - *Report of the International Law Commission Fifty-fifth session* (Document A/58/10), General Assembly Official Records Fifty-eighth Session (2003), pp. 148 - 260. Disponível em: <<http://legal.un.org/ilc/documentation/>>, Consultado em maio de 2018.
- Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas - *Report of the International Law Commission, Fifty-eighth session* (1 May-9 June and 3 July-11 August 2006) General Assembly Official Records Sixty-first Session Supplement No. 10 (A/61/10) (2006), pp. 293 – 362. Disponível em: <<http://legal.un.org/ilc/documentation/>>, Consultado em maio de 2018.
- Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Text of the set of draft guidelines constituting the Guide to Practice on Reservations to Treaties, provisionally adopted by the Commission*. Sixty-second Session (2010), General Assembly Official Records Sixty-fifth Session (Supplement No. 10 A/65/10), p. 36-231. Disponível em: <<http://legal.un.org/ilc/documentation/>>, Consultado em maio de 2018.
- Comissão de Direito Internacional - *Seventeenth Report on Reservations to Treaties* (Document A/CN.4/647) by Mr. Alain Pellet, [26 April-3 June and 4 July-12 August 2011]. Disponível em: <<http://legal.un.org/ilc/documentation/>>, Consultado em maio de 2018.
- Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – *Reservations to Treaties*, Report of the Sixty-Third Session (Document A/66/10/Add.1), New York, United Nations, 2011, Cap. IV. Disponível em: <<http://legal.un.org/ilc/documentation/>>, Consultado em maio de 2018.

C. Jurisprudência e Resoluções

- International Court of Justice - *Reservations to the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide*, Advisory Opinion of May 28th 1951, Leyden A. W. Sijthoff's Publishing Company.
- European Court of Human Rights – *Loizidou v. Turkey*, Application No. 0001318/89. Strasbourg, Judgment of March 23rd 1995.
- European Court of Human Rights - *Belilos v. Switzerland*, Application No. 10328/83. Strasbourg, Judgment of April 29th 1988.
- Resolution 478 (V) of November 16th 1950, *Reservations to Multilateral Conventions*, General Assembly of the United Nations. Disponível em: <<http://www.un.org/documents>>, Consultado em maio de 2018.
- Resolution 48/31 of December 9th 1993, Report of the International Law Commission on the Work of its Forty-Fifth Session, General Assembly of the United Nations. Disponível em: <<http://legal.un.org/>>; Consultado em meio de 2018.

D. Convenções Internacionais

- Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969
- Convenção de Viena sobre a Sucessão de Estados de 1978
- Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional de 1998
- Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional de 2000
- Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea de 2000
- Convenção de Haia relativa ao Procedimento Civil de 1954
- Convenção de Haia relativa à Supressão da exigência da Legalização de Atos Públicos Estrangeiros de 1961
- Convenção de Haia relativa à Citação e à Notificação no Estrangeiro dos Atos Judiciais e Extrajudiciais em Matérias Civil e Comercial de 1965

- Convenção de Haia sobre a obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil e Comercial de 1970
- Convenção de Haia relativa ao Reconhecimento e à Execução de Decisões relativas às Obrigações Alimentares de 1973
- Convenção de Haia sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças de 1980, Convenção de Haia relativa à Competência, à Lei Aplicável, à Execução e à Cooperação em Matéria de Responsabilidade Parental e de Medidas para a Proteção das Crianças de 1996
- Convenção de Haia sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em Benefício dos Filhos e de outros Membros da Família de 2007.
- Convenção das Nações Unidas sobre a Prevenção e Punição do Crime do Genocídio de 1948
- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Montego Bay, 1982)
- Convenção do Conselho da Europa sobre a Responsabilidade Civil por Danos causados por Veículos Automóveis
- Convenção do Conselho da Europa sobre a Televisão Transfronteiras de 1989
- Acordo de Paris de 2015
- Convenção Europeia de Direitos Humanos de 1950
- Convenção do Conselho da Europa sobre uma Abordagem Integrada da Segurança, da Proteção e dos Serviços por Ocasão dos Jogos de Futebol e outras Manifestações Desportivas de 2016
- Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006
- Acordo Internacional sobre o Açúcar de 1977
- Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher de 1979
- Convenção das Nações Unidas sobre Privilégios e Imunidades de 1946
- Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em Benefício dos Filhos e de outros Membros da Família de 2007
- Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes de 1984

E. Recursos Eletrónicos

- <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt>;
- <http://www.un.org>;
- <http://www.treaties.un.org>;
- <https://www.coe.int/en/web/conventions/notifications>;
- <https://treatydatabase.overheid.nl>;
- <https://eur-lex.europa.eu/> ;
- <https://www.coe.int/en> ;
- <http://www.consilium.europa.eu/en/> ;